

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

THIAGO ZANETTI DE BARROS

**IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO JORNAL *A PROVÍNCIA
DO ESPÍRITO SANTO* (1882/1889)**

VITÓRIA
2007

THIAGO ZANETTI BARROS

**IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO JORNAL *A PROVÍNCIA DO
ESPÍRITO SANTO* (1882/1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

VITÓRIA
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

B277a Barros, Thiago Zanetti de, 1978-
Imigração estrangeira no jornal A Província do Espírito Santo
(1882/1889) / Thiago Zanetti de Barros. – 2007.
130 f.: il.

Orientadora: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Migração - Espírito Santo (Estado) - 1882-1889. 2. Jornais -
Espírito Santo (Estado) - 1882-1889. 3. História local. 4. Jornalismo
- Aspectos sociais. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

THIAGO ZANETTI DE BARROS

IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO JORNAL *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO* (1882/1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em ____ de _____ de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. José Marques de Melo
Universidade Metodista de São Paulo

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo

A Jesus, aos anjos e santos.

À meu pai, Paulo César, que me fez e que sempre me “financiou”; à minha mãe, Neusa, que também me fez e que sempre cuidou de mim.

À Livia Nunes, minha namorada, pessoa incrível, pelo amor e carinho que me dá. E também pela correção do Abstract, o que nos levou a nos conhecermos.

À Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues, por ter acolhido a pesquisa e por suas importantes palavras que conduziram o corpo desta dissertação.

Ao Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco, por suas contundentes observações que nos ajudaram a mais bem configurar o trabalho e nos possibilitaram um melhor aperfeiçoamento.

Ao Prof. Dr. Valter Pires Pereira, por ter aceitado participar da banca de defesa. Para mim, além de grande historiador, é uma personalidade carismática que enriquece nosso aprendizado e, no trato, humaniza-nos.

Ao Prof. Dr. José Marques de Melo, pela generosidade que demonstrou ao ter aceitado fazer parte da banca de defesa. Para mim, o professor Melo é um dos maiores exemplos de profissional da comunicação, não apenas por sua espetacular inteligência, mas, também, por seu caráter e generosidade.

À Coordenadora da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, Rita de Cássia Maia, pela permissão da leitura dos jornais originais, que muito me facilitou na coleta de todo o material que deu origem a este trabalho.

À Petrobras, pelo financiamento parcial por intermédio de bolsa de estudo.

A todos que torceram por mim.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar qual o foi tratamento dado pelo jornal *A Província do Espírito Santo* ao fenômeno da imigração estrangeira que estava em curso no século XIX. Utilizando o método indiciário proposto por Ginzburg (1989), indiscriminadamente coletamos todo o material referente ao processo migratório que encontramos no jornal. O propósito disso foi coligir variados textos sobre o imigrantismo, tais como: matérias, reportagens, notas, artigos, editoriais, relatórios de governo, avisos etc.; não apenas aqueles que tratavam da imigração para Brasil e para o Espírito Santo, mas, também, referente ao fenômeno imigrantista que estava ocorrendo em todos os cantos do mundo. Nosso período de análise iniciou-se em 1882, data em que o jornal *A Província do Espírito Santo* surgiu no cenário da imprensa capixaba, e se encerrou com o ano de 1889, ano em que, como consequência da proclamação da República, esse periódico passou a se chamar *Diário do Espírito Santo* (e, em seguida, *Estado do Espírito Santo*). As maiores ondas migratórias para o Brasil foram patrocinadas pelo governo imperial a partir da segunda metade do século XIX; a maioria veio da Europa. O objetivo do governo imperial era trazer trabalhadores aptos a substituir os escravos na agricultura e a executar tarefas necessárias à industrialização e ao desenvolvimento econômico. *A Província do Espírito Santo*, que se editava em Vitória, era um dos jornais capixabas mais importantes da época, e esteve no bojo desses acontecimentos. A partir de suas páginas, travaram-se vários debates. Aferir o discurso que esse jornal produziu acerca do fenômeno imigrantista e suas implicações é o objetivo central desta pesquisa.

Palavras-chave: imigração estrangeira, política de imigração, jornal, história regional, pequena propriedade, trabalhador nacional.

ABSTRACT

The objective of this work is to check how the newspaper *A Província do Espírito Santo* treated the phenomenon of immigration that happened during the 19th Century. And, therefore, the approach of such immigration handled in it. By using the clue method proposed by Ginzburg (1989), we, randomly, chose all the material regarding immigration found in the newspaper (topics, reportings, notes, articles, editorials, governmental reports, etc.). Not only those regarding the immigration to Brazil and to Espírito Santo, but also those referring to the phenomenon of immigration that was taking place worldwide. Our analyses began in 1882, when *A Província do Espírito Santo* started its work in the capixaba printing press; and finished in 1889, when the newspaper had its name changed to *Diário do Espírito Santo* on account of the Brazilian Proclamation of the Republic (later on the *Estado do Espírito Santo*). The biggest immigration movements to Brazil were sponsored by the government. This sponsorship started during the second half of the 19th Century. Most of them being from Europe. The aim was to bring workers qualified to substitute the slaves that were engaged in agricultural work and to do the necessary tasks in industries and to the economic development. *A Província do Espírito Santo*, published in Vitória, is one of the most important newspapers of its time. Is to check the speech this newspaper published regarding the phenomenon of the immigration and its implications.

Key words: foreign immigration, politics of immigration, periodic, regional history, small prope, national worker

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IMIGRAÇÃO: A CONJUNTURA EUROPÉIA E BRASILEIRA	13
2.1 A IMIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO	18
3 A IMPRENSA NO ESPÍRITO SANTO: UMA BREVE HISTORIOGRAFIA	23
3.1 JORNALISMO E A PRODUÇÃO DO REAL	26
3.2 JORNAL E HISTÓRIA.....	29
3.3 A COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DO IMPÉRIO.....	33
3.4 O JORNAL <i>A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO</i>	38
3.5 MONIZ FREIRE: O POLÍTICO, O JORNALISTA.....	42
3.6 ATUAÇÃO JORNALÍSTICA NUMA PROVÍNCIA PACATA E OS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 80	45
4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO JORNAL <i>A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO</i> ACERCA DA IMIGRAÇÃO	51
4.1 UMA VISÃO GERAL ACERCA DA IMIGRAÇÃO	54
4.2 SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO E SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO.....	63
4.3 A POLÍTICA IMIGRANTISTA DA DÉCADA DE 80 NO JORNAL: O DEBATE EM TORNO DA GRANDE LAVOURA, PEQUENA PROPRIEDADE E IMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA	67
4.4 DENÚNCIAS E DEFESAS: UMA COBERTURA JORNALÍSTICA CONFLITANTE	78
4.5 CRÍTICAS AO TRABALHADOR CAPIXABA E AO “TRABALHADOR NACIONAL”	83
4.6 LAVOURA E ESCRAVIDÃO: O DEBATE ABOLICIONISTA	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88

6 REFERÊNCIAS	92
7 OBRAS CONSULTADAS	98
8 ANEXOS.....	100
ANEXO – A: O nosso estado atual.....	101
ANEXO – B: Elemento Servil.....	102
ANEXO – C: Lá e cá.....	103
ANEXO – D: Trabalho livre II.....	104
ANEXO – E: Melhoramentos coloniais.....	105
ANEXO – F: Sociedade central de imigração.....	106
ANEXO – G: Recepção de imigrantes.....	107
ANEXO – H: Auxílio a imigrantes.....	108
ANEXO – I: Ex-colônia Santa Leopoldina.....	109
ANEXO – J: Ocorrências em Alfredo Chaves.....	110
ANEXO – K: Imigração e colonização.....	112
ANEXO – L: Imigração espontânea.....	113
ANEXO – M: Imigração - Vila do Cachoeiro de S. Leopoldina.....	114
ANEXO – N: Medição de terras para nacionais e imigrantes.....	115
ANEXO – O: Colonização nacional (Edit. da Gazeta de Notícias).....	116
ANEXO – P: Serviço de imigração.....	117
ANEXO – Q: Violência da polícia – Proteção aos estrangeiros.....	118

ANEXO – R: Questões de imigração.....	119
ANEXO – S: A promotoria pública e a Sociedade Espírito-Santense de Imigração.....	120
ANEXO – T: Sociedade Espírito-Santense de Imigração.....	121
ANEXO – U: 100,000 imigrantes.....	122
ANEXO – V: Imigrantes contratados.....	123
ANEXO – W: Imigrantes contratados.....	124
ANEXO – X: Imigração italiana....	125
ANEXO – Y: Imigração italiana.	126
ANEXO – Z: Os Deputados Liberais – Assembléia Provincial Sessão em 8 de agosto de 1888 Imigração.....	127
ANEXO – Aa: Imigrantes no Itapemirim.....	129
ANEXO – Ab: Questões de imigração.....	130

1 INTRODUÇÃO

No século XIX, a imprensa destacou-se como o único veículo de mobilização e intervenção social. Como o afirmou um correspondente de Londres para um jornal da Corte, a imprensa “[...] é assim a principal, se não a única fonte de conhecimento das classes mais adiantadas e cultas” (A PROVÍNCIA..., 8 out. 1882).

No século XIX, o jornalismo foi predominantemente político. Foi também nesse século que se observou um dos mais importantes acontecimentos da história do Espírito Santo e que se tornou um formidável fator de mudança social, econômica, política e cultural para o Estado: a imigração estrangeira.

A iniciativa da imigração para o Espírito Santo deu-se em fins da fase colonial. Em 1813, teve início a imigração européia, com a vinda de trinta casais de açorianos que se instalaram na vila de Viana (OLIVEIRA, 1975, p. 257). Gilda Rocha tipifica em três fases a imigração no Espírito Santo. A primeira fase, de 1847 a 1881; a segunda, de 1882 a 1887; e a terceira, de 1888 a 1896 (ROCHA, 2000, p. 75). O nosso estudo, no entanto, se concentrará em toda a segunda fase, e nos primeiros anos da terceira, isto é, o período que compreende os anos de 1882 a 1889

Na segunda fase da imigração, segundo Rocha, o corte nas subvenções oficiais para os imigrantes destinados aos núcleos coloniais fez declinar a entrada de estrangeiros no Espírito Santo. E mais: nos anos que antecedem o fim da escravidão, a grande lavoura local vivenciou a crise decorrente da falta de mão-de-obra, revelando o despreparo dos grandes proprietários em face da abolição da escravidão.

Na terceira fase, de 1888 a 1896, pressionado pelos fazendeiros, o governo central passou então a projetar a formação de núcleos coloniais próximos às grandes lavouras, com vistas a provê-las de mão-de-obra. Nessa fase, a entrada de imigrantes foi muito mais expressiva do que nas anteriores (ROCHA, 2000, p. 10).

Nosso período de análise inicia-se em 1882, data em que o jornal *A Província do Espírito Santo* surgiu no cenário da imprensa capixaba, fundado por José de Mello Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira; encerramos o estudo no ano de 1889, ano em que, como consequência da Proclamação da República, o jornal passou a se chamar *Diário do Espírito Santo* e, em seguida, *Estado do Espírito Santo*. Trata-se de um corte temporal suficiente para apreender o jogo político ali instaurado.

Propusemo-nos saber como o jornal *A Província do Espírito Santo* retratou a imigração em curso no período. Quando decidimos centrar a pesquisa num único jornal, por um lado, fizemo-lo na tentativa de compor um panorama da imigração estrangeira pela ótica de uma única fonte, possibilitando uma nova leitura do processo imigratório; por outro lado, procuramos fugir dos registros oficiais e de uma bibliografia de cunho tradicional. Elegemos, portanto, uma peça discursiva (um jornal capixaba do século XIX) que nos permitisse uma leitura alternativa em relação àquela que a historiografia tradicional abona; a tradição desse discurso historiográfico considera os jornais como fontes de menor importância. No jornal, encontramos aqueles elementos que permeiam a história da imigração, no entanto estavam latentes nas notas, matérias, reportagem etc., e precisam ser revelados.

Tomando como ponto de partida as evidências que o material analisado nos ofereceu e denotando o contexto e os atores da época (que são um periódico de cunho liberal e um redator-chefe, Moniz Freire, que, na condição de governador do Estado do Espírito Santo de 1892 a 1895 e de 1900 a 1904, incentivou e promoveu amplamente a imigração estrangeira), partimos da seguinte hipótese: será que o jornal *A Província do Espírito Santo* teria exercido influência propagandística na esfera pública em defesa da importação da mão-de-obra européia para o Brasil?

Procedendo ao mapeamento e à interpretação do paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989), nós indiscriminadamente colhemos todo o material que fazia referência à imigração, investigando minuciosamente os indícios (pistas) sobre o fenômeno em questão. Coligimos variados textos sobre o processo imigratório que

encontramos (matérias, reportagens, notas, artigos, editoriais, relatórios, ofícios, cartas etc.), não apenas aqueles que tratavam da imigração para o Brasil e para o Espírito Santo, mas referentes ao fenômeno imigrante que estava ocorrendo em todos os cantos do mundo.

Na conclusão, buscamos identificar que posição tomou o jornal e como esse veículo retratou o fenômeno imigrante em curso no período. As maiores ondas imigratórias para o Brasil foram patrocinadas pelo governo imperial a partir da segunda metade do século XIX; a maioria veio da Europa. O objetivo do governo imperial, era trazer trabalhadores aptos a substituir os escravos na agricultura e a executar tarefas necessárias à industrialização e ao desenvolvimento econômico. O movimento cresceu a partir das décadas de 1870 e 1880 e se estendeu até meados do século XX.

O movimento imigratório se intensificou na segunda metade do século XIX em consequência da expansão cafeeira na Região Sudeste do País e da escassez de escravos provocada pela abolição do tráfico em 1850¹. No Espírito Santo, o governo seguiu a estrutura vigente no País, mas o grande atrativo era o incentivo à colonização, estabelecendo o imigrante em núcleos coloniais. O jornal *A Província do Espírito Santo*, filiado ao Partido Liberal e comandado por um homem público que tinha seu lugar na Câmara e na Assembléia Provincial nos anos 80, Moniz Freire, esteve inserido nesse contexto. Das páginas desse jornal, emergiram embates, opiniões, denúncias e críticas, noticiando o fenômeno da imigração em curso naquele período. Essas inquietudes renderam debates que permearam o imaginário coletivo da época.

¹ O tráfico foi inibido, mas não foi extinto em 1850. O processo abolicionista no Brasil de dará de maneira lenta e gradual. Após a extinção do tráfico negreiro (1850), cresceu no país a campanha abolicionista, que foi um movimento público pela libertação dos escravos. A abolição conquistou o apoio de vários setores da sociedade brasileira: parlamentares, imprensa, militares, artistas e intelectuais. Mas os defensores da escravidão ainda conseguiram sustentá-la por bom tempo. No Brasil, o sistema escravista foi sendo extinto lentamente, de maneira a não prejudicar os proprietários de escravos.

2 IMIGRAÇÃO: A CONJUNTURA EUROPÉIA E BRASILEIRA

Na Europa da segunda metade do século XIX, o aumento demográfico, as mudanças decorrentes da industrialização e os problemas causados pelas unificações italiana e alemã geraram milhares de deserdados que escolheram a América como destino.

O aumento de produtividade e a crescente mecanização da agricultura européia significaram menor necessidade de mão-de-obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas. Na América, a terra era abundante e estava disponível. Entretanto, a mão-de-obra era escassa; portanto, cara (KLEIN, 2000, p. 15).

Finalmente, a possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes. Com a terra tão barata – novamente em comparação com os padrões europeus –, era grande a probabilidade de trabalhadores sem terra conseguirem suas próprias fazendas, muitas vezes num período de tempo muito curto após a chegada (KLEIN, 2000, p. 16).

A economia em expansão e a fronteira dos Estados Unidos ofereciam uma oportunidade extraordinária para a migração européia. Até 1880, essa migração – a chamada Velha Imigração – era constituída de camponeses europeus e trabalhadores rurais da Irlanda, das Ilhas Britânicas e da Europa setentrional, que então chegavam aos Estados Unidos em números extraordinários. Entre 1821 e 1880, cerca de 9,5 milhões de europeus – sobretudo irlandeses e alemães – desembarcaram nos Estados Unidos (KLEIN, 2000, p. 21). A Itália – exportadora insignificante de trabalhadores antes de 1880 – expulsou cerca de 7,7 milhões de trabalhadores entre 1881 e 1914 (KLEIN, 2000, p. 25-26).

A política imigrantista era definida pelo governo imperial, que aceitava a iniciativa dos presidentes da província e cedia terras expressamente para a colônia a ser

fundada. Entraram em cena as companhias particulares de colonização – fórmula encontrada para diminuir as despesas do Estado com a demarcação das áreas coloniais e a instalação das colônias. Nessa transmissão de responsabilidade, o lote colonial encolheu para cerca de 48ha e, logo depois, para 25ha.

Mas o passo definitivo para a consolidação de um sistema fundiário baseado na pequena propriedade familiar ocorreu com a promulgação da Lei nº 601, em 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 1854. A Lei continha a principal recomendação do Visconde de Abrantes: o imigrante só podia ter acesso à terra por meio de compra, acabando, assim, a concessão gratuita vigente na primeira fase. De fato, a Lei nº 601 extinguiu o regime de posses e transformou as terras devolutas em mercadoria. O colono obtinha o lote comprando-o a prazo, e o título definitivo de propriedade só poderia ser requerido após a quitação da dívida. No caso das empresas colonizadoras particulares, o procedimento em relação aos colonos era o mesmo: o Estado concedia a área, e às empresas cabia realizar a demarcação e a venda dos lotes, de acordo com a lei (SEYFERTH, 2000, p. 279).

É quase impossível desvincular imigração alemã e colonização: os alemães tiveram primazia como “colonos estrangeiros” na primeira metade do século XIX. Apesar da especificidade de cada período histórico e de cada colônia, as características mais gerais do complexo colonial são praticamente as mesmas, excluídas as diferenciações étnicas. No modelo de colonização instituído por lei e sob controle do Ministério competente, a única diferença significativa do período inicial (antes de 1850) diz respeito à forma de concessão da terra: os lotes eram maiores (até 75ha) e recebidos gratuitamente (SEYFERTH, 2000, p. 287).

Diferentemente de outras correntes imigratórias que se dirigiram ao Brasil, o grupo italiano, para a maioria de seus habitantes, chegou a ser considerado “o imigrante”, tais as marcas deixadas por essa nacionalidade na cultura brasileira, sobretudo em Estados como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (e Espírito Santo). A explicação para a força de tal impacto cultura não é difícil, posto que entre os motivos ressalta-se o numérico. De todos os grupos que vieram para o País entre 1870 e 1920, os italianos, com cerca de 1,4 milhões de indivíduos,

representavam 42% do total de imigrantes (3.330.188) que chegaram ao Brasil no mesmo período (ALVIM, 2000, p. 383).

De acordo com Alvim (2000, p. 383-384), a política imigratória brasileira oscilou, desde a época joanina até os anos 80 do século retrasado, entre o desejo manifesto por alguns liberais do Império de trazer pequenos proprietários com vistas ao povoamento das regiões sulinas e, com isso, sustar a cobiça dos vizinhos platinos sobre a região, e o desejo dos grandes fazendeiros de manter uma política agrária calcada na grande propriedade e na agricultura de exportação. Neste último caso, para que isso se consolidasse, era imperativa a oferta de farta mão-de-obra, fosse ela alimentada pela entrada de escravos, como ocorreu até meados do século retrasado, fosse por imigrantes pobres, cujo destino seria substituir os negros nas plantações, sobretudo do café, e não o de se tornarem pequenos proprietários.

O embate entre essas duas posições passou por outras justificativas, como o branqueamento da raça, a necessidade de forjar uma nação mais civilizada e de construir um país onde o rigor da reprodução dicotômico-social do tipo senhor *versus* escravo fosse amenizado com a introdução de pequenos proprietários (ALVIM, 2000, p. 384).

De um lado, havia no governo imperial àqueles capazes de detectar a possibilidade de que a pequena propriedade transformasse o País em algo mais democrático, dirimindo a contundência autoritária do binômio senhor/escravo; de outro lado, havia, sobretudo, os fazendeiros interessados em perpetuar a grande propriedade e o comércio de exportação. Estes últimos não estavam nem um pouco interessados na introdução de pequenos proprietários, mas, sim, na captação de imigrantes em larga escala que pudessem minorar a escassez de escravos, desenhada a partir de 1850, com a proibição do tráfico negreiro (ALVIM, 2000, p. 384).

Mais fortes economicamente e mais organizados politicamente, não foi difícil aos grandes proprietários impor suas regras, e o exemplo mais bem acabado foi o de

São Paulo. A partir dos anos 80 do século retrasado, iniciou-se na Província paulista a introdução de imigrantes europeus com passagens pagas pelos fazendeiros e a obrigatoriedade de cumprirem um contrato de cinco anos, findos os quais deveriam ressarcir as despesas antecipadas. Claro que esse sistema limitava o desejo de imigração em larga escala, pois essas famílias estrangeiras deveriam dispor de algum capital para se manterem até a primeira colheita do café, que poderia, em se tratando de plantações novas, demorar até cinco anos.

No início de 1881, os fazendeiros, politicamente bem situados na Província de São Paulo, conseguiriam que o governo arcasse com o pagamento de metade da passagem dos imigrantes e, finalmente, pela Lei nº 28, de março de 1884, que assumisse o traslado integral dos colonos e pequenos proprietários até os núcleos (ALVIM, 2000, p. 385).

O período de 1870 a 1885 pode ser considerado o último em que o governo tentou trazer imigrantes para o Brasil, com destino à pequena propriedade. Essa prática teve início no período joanino, e por meio dela o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo receberam famílias de açorianos (ALVIM, 2000, p. 387).

Segundo Prado Júnior (1979, p. 188-189), a partir de 1870 o governo imperial passou a adotar duas políticas de imigração: uma consistia no processo de recrutamento e fixação do imigrante, cuja denominação se intitulava “imigração subvencionada” (o imigrante era destinado às grandes lavouras); a outra foi chamada de “colonização”, posto que era concernente ao primitivo sistema de localização dos imigrantes em pequenos núcleos coloniais.

São Paulo passou a representar, como nenhuma outra região do Brasil, um refúgio certo para os desvalidos de outros países. Ainda que não tenha sido a única força de atração para imigrantes, a lavoura cafeeira foi direta ou indiretamente a propulsora da ida de 2,5 milhões de estrangeiros para aquele Estado (ALVIM, 2000, p. 395).

A elite paulista, no entanto, não tinha interesse em estrangeiros para formar núcleos coloniais, prática até então incentivada pelo governo imperial. Precisava apenas de mão-de-obra barata que substituísse o braço escravo. Diante dessa perspectiva, impunha-se uma política imigratória em larga escala e optou-se pela arregimentação subvencionada. Criada em 1886 pelos fazendeiros Martinho Prado, Nicolau de Souza Queirós e Rafael de Barros, a Sociedade Promotora de Imigração (SPI) passou a responder pela introdução de imigrantes no Estado, por intermédio de agentes contratados para tal fim (ALVIM, 2000, p. 395).

O método era novo, já que os núcleos coloniais do Sul também haviam sido produto do trabalho dos arregimentadores. O agente mais importante da SPI, Caetano Pinto, já era conhecido pela introdução de italianos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina; a novidade ficou por conta da expressão numérica de imigrantes alcançada pelos arregimentadores, bem como por sua influência no destino dessas pessoas e pelo papel de conselheiro que esses agentes assumiam, evidentemente, sempre em benefício dos fazendeiros (ALVIM, 2000, p. 395).

O governo provincial avocou o subsídio à imigração, e a SPI passou a pagar o valor da passagem diretamente às Companhias de Navegação, o que se tornou um negócio altamente rentável tanto para a SPI como para essas Companhias, porque, quanto maior fosse o número de arregimentados, maior seria o lucro auferido. Além disso, em virtude do contrato estabelecido entre a SPI e Caetano Pinto, este era autorizado a promover, em seus folhetos de propaganda, para os imigrantes potenciais, passagens gratuitas do porto de desembarque à localidade escolhida como destino, sementes, alimentos por mais de seis meses e, ainda, a esperança de se tornarem proprietários (ALVIM, 2000, p. 395).

Segundo Beiguelman (1978. p. 10-11), com o sistema em grande escala do imigrantismo subvencionado pelos cofres públicos, alterava-se radicalmente o enfoque corrente da matéria. Enquanto as administrações provincial e nacional encaravam o problema em termos de uma concessão de auxílios pecuniários aos fazendeiros para a introdução de colonos, a *nova lavoura*, ao invés, passava a interpretar a imigração subvencionada como o alicerce de um abundante mercado

de trabalho estrangeiro, que caberia ao poderes públicos proporcionar. A *nova lavoura*, área cujo porta-voz era o líder imigrantista Martinho Prado Júnior, designava a nova lavoura do Oeste da Província de São Paulo que incluía as regiões de Pinha, São João da Boa Vista, Casa Branca, Ribeirão, São Simão, Cajuru, Batatais e Franca.

2.1 A IMIGRAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Autores capixabas – Saletto (1996), Rocha (2000), Castiglioni (1998), Bittencourt (1987), Oliveira (1975), entre outros – que tratam da imigração põem-se unânimes em afirmar que a necessidade de mão-de-obra para a lavoura e o povoamento das terras virgens foram as principais causas da política de incentivo à imigração no Espírito Santo.

De acordo com o recenseamento de 1856, feito pelo Chefe de Polícia da Província, o Espírito Santo possuía 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos (FRANCO, 1998, p. 28).

Essa população estava mal distribuída pela Província, que possuía várias extensões praticamente desabitadas, principalmente nas regiões montanhosas. A lavoura carecia de braços, sobretudo devido às leis restritivas à escravidão e, no final do século, a abolição, à que se somavam as baixas constantes do contingente de trabalhadores provocadas pelos surtos de febre amarela, varíola e cólera. O abastecimento da população com gêneros de primeira necessidade era um problema a exigir solução urgente; e apelos para se resolverem tais problemas se faziam de forma insistente por parte dos presidentes da Província, junto ao governo imperial. A maior força de trabalho estava praticamente absorvida pela produção de café, açúcar, aguardente e farinha: os principais produtos naquela época. Havia, portanto, necessidade premente de se fomentar uma produção agrícola mais diversificada que atendesse as necessidades da população (FRANCO, 1998, p. 31).

Em face da conjuntura econômica nacional, o País apresentava condições apropriadas à lavoura do café, e a crise brasileira de mão-de-obra conspirava para que se implantasse a cafeicultura em substituição ao cultivo da cana-de-açúcar (mais trabalhosa), que requeria mais braços e, conseqüentemente, maior inversão de capitais (BITTENCOURT, 1987, p. 28).

A partir da década de 1870, quando foi maior o incentivo à cafeicultura pela constante chegada de imigrantes europeus, o Espírito Santo ainda contava com 70% de seu território coberto por florestas virgens (RUSCHI, apud BITTENCOURT, 1987, p. 29).

Não faltavam escravos no Sul da Província nem nas fazendas de café. No Espírito Santo, a falta de escravos só aconteceu às vésperas da abolição, a partir da segunda metade da década de 80. Os relatórios de presidentes da Província não reclamavam da falta de escravos, mas de cultivadores para o plantio do café.

De qualquer maneira, iniciou-se uma nova era para a agricultura capixaba. A Província, cujas rendas contavam essencialmente com a agricultura, começou a registrar seus primeiros *superávits* orçamentários. Na segunda metade do século, a “febre” da cafeicultura já deixava saldos positivos na economia capixaba: no exercício de 1869, por exemplo, a receita provincial chegava a 189:963\$767 (BITTENCOURT, 1987, p. 300).

A quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão-de-obra livre transformaria a imigração na mais importante via para a solução desses problemas. Além do mais, existe uma incompatibilidade estrutural entre o capitalismo e as relações de produção escravagistas: a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho (BITTENCOURT, 1987, p. 31).

Apesar da constituição montanhosa dos terrenos legados às colônias agrícolas no Espírito Santo, que geralmente repugnavam ao trabalhador livre, principalmente estrangeiro, no pesado trabalho da cafeicultura, a Província aproveitar-se-ia largamente do plano nacional de importação de mão-de-obra européia, em substituição à escrava, que ensaiava a libertação (BITTENCOURT, 1987, p. 35).

Os esforços definitivos para implementar a imigração no Espírito Santo, porém, se concretizaram a partir de 1847; nesse ano foi criada a colônia de Santa Izabel; Rio Novo, em 1855; Santa Leopoldina, em 1857; e Castelo, em 1880. A primeira e as duas últimas foram, desde sua origem, colônias subvencionadas pelo Estado; a de Rio Novo nasceu de um empreendimento particular e foi encampada pelo governo imperial em 1861, em virtude das sérias dificuldades que atravessava (ROCHA, 2000, p. 76).

Apesar da ampliação do quadro populacional do Espírito Santo, seu contingente de mão-de-obra apresentava-se, ainda, aquém das necessidades da agricultura regional, em 1870. Em toda a Província, contavam-se apenas 82.131 habitantes, incluindo os 22.695 escravos. Vitória, em cuja população se concentrava a maioria dos que se consideravam profissionais liberais e comerciantes, era seguida de perto por Cachoeiro de Itapemirim, onde incidiam as grandes fazendas de café (BITTENCOURT, 1987, p. 37).

Por seu turno, a lei do “Ventre Livre”,² de 28 de setembro de 1871, declarando livres os filhos de mulher escrava a partir daquela data, aliada à abolição do tráfico de africanos pela lei Euzébio de Queiroz, promulgada a 4 de setembro de 1850, eqüivalia à extinção lenta e gradual do regime escravocrata. A redução da mão-de-

² A Lei 2040, de 28 de Setembro de 1871, mais conhecida como “Lei do Ventre Livre” ou “Lei Rio Branco”, criou a figura do filho livre da mulher escrava. Em linhas gerais, declarava que os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre; mas os mantinham sob a tutela de seus senhores até atingirem a idade de 21 anos. O projeto foi proposto pelo gabinete conservador presidido pelo visconde do Rio Branco em 27 de maio de 1871. Embora tenha sido objeto de grandes controvérsias no Parlamento, a lei representou, na prática, um passo tímido na direção do fim da escravatura. Em defesa da lei, o visconde do Rio Branco apresenta a escravidão como uma “instituição injuriosa”, que prejudicava, sobretudo, a imagem externa do país.

obra escrava, que durante quase três décadas deixou de ser alimentada pelo tráfico de negros, tornara premente o problema de braços para a lavoura (BITTENCOURT, 1987, p. 39).

Em tal conjuntura, não foi tarefa fácil para o governo conseguir acabar com o tráfico de africanos e fazer cumprir a Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, em lugares distantes e atrasados, como a Província do Espírito Santo (ALMADA, 1984. p. 109).

Nas grandes propriedades cafeicultoras, quando se tentou combinar trabalhadores livres com escravos, logo se verificou sua impraticabilidade. Em matéria de “colonização e mão-de-obra européias”, portanto, o governo imperial tornou-se favorável à fundação de núcleos, isto é, promoveu a medição e demarcação de terras públicas, para vendê-las em pequenos lotes aos colonos imigrantes (ARQUIVO NACIONAL (Brasil), apud BITTENCOURT, 1987, p. 39).

Essa disposição do governo central coincidia com a capital necessidade de povoamento agrícola e a conseqüente geração de rendas. Além do mais, as colônias agrícolas não chegaram a ferir o interesse dos grandes senhores de terra do Sul do Espírito Santo, na medida em que as terras deixadas para tal fim encontravam-se na região acidentada do interior, longe da área de interesse da elite cafeicultora (BITTENCOURT, 1987, p. 39).

A introdução do imigrante no Espírito Santo não se fez sem choques nas colônias, sobretudo nas colônias agrícolas. Aqui, o governo lhe concedia transporte gratuito, pousada provisória na capital e nas sedes das colônias e, principalmente, o lote de terra (mais ou menos 30ha) a título de venda, com prazo de cinco anos para pagamento. O governo fornecia-lhe, ainda, meios de subsistência nos primeiros seis meses e alguns instrumentos considerados indispensáveis à lavoura, a serem pagos na mesma forma da quitação dos lotes (BITTENCOURT, 1987, p. 51).

No Espírito Santo, a falta de grandes lavouras (posto que estas se encontravam em maiores proporções apenas na parte Sul, na região de Cachoeiro de Itapemirim) não impôs resistência à criação de núcleos de pequenas propriedades.

Segundo Prado Júnior (1979, p. 189-190), o sistema de “colonização” teve mais sucesso no extremo-Sul do País (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná) e, em maiores proporções, no Espírito Santo, “longe, nestes casos, da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura”. Encontrou aí interesse e estímulo dos governos locais das Províncias, que procuraram solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas.

3 A IMPRENSA NO ESPÍRITO SANTO: UMA BREVE

HISTORIOGRAFIA

O Espírito Santo, segundo Daemon (apud BITTENCOURT, 1998, p. 69), escrevendo em 1879 (*Província do Espírito Santo*), só passou a contar com a imprensa 32 anos após a criação da Imprensa Régia e da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Sobre o primeiro jornal, conta-se que chegou a Vitória em 1840 a primeira tipografia que Ayres de Albuquerque Tovar, alferes do exército, mandou buscar a fim de publicar um jornal, inserindo os atos do governo na administração do presidente da Província Dr. João Lopes da Silva Couto. Cumprindo o disposto na lei provincial nº 6, de 3 de março de 1835, Tovar fez o contrato, obrigando-se a publicar um jornal bissemanal, incluindo as ordens e ofícios da administração pública, compreendendo as portarias e correspondências do governo com as autoridades da Província, e o que mais fosse necessário. Esse contrato era por tempo de dez anos, posto que a lei citada considerava a matéria privilégio. Por uma cláusula do mesmo contrato, obrigava-se o contratante a fornecer ao governo 120 exemplares de cada tiragem ou edição da folha. Em atendimento ao ajuste celebrado com o governo, saiu publicado o periódico oficial, com o título *Estafeta*, por esforços do diretor da folha, que era José Marcellino Pereira de Vasconcellos, mas não passaria da primeira edição. Ignora-se a data do aparecimento do *Estafeta*; sabe-se apenas que saiu o primeiro número pessimamente impresso (CLAUDIO, 1981, p. 530-531).

Sobre o segundo jornal, diz-se que em 17 de janeiro de 1849, surgiu o primeiro número do *Correio da Vitória*, de Pedro Azeredo, que, por intermédio de um contrato celebrado com o governo, obrigou-se a dar-lhe duas folhas por semana, em formato pequeno, em papel ordinário, recebendo, de cada número que saísse, a quantia de 10\$000 (dez mil réis) por tiragem. Nessas condições, o *Correio da Vitória* sobreviveria por 24 anos, sendo o contrato de Azeredo transferido, inicialmente, a José Francisco Pinto Ribeiro e, posteriormente, ocorrido o

falecimento daquele, a Jacinto Escobar de Araújo, que deu continuidade à publicação semanal. Segundo Amâncio Filho (pseudônimo de Heráclito Amâncio Pereira), era uma folha política, literária e noticiosa. Inicialmente, de tiragem bissemanal até em 13 de janeiro de 1872, quando começou a circular três vezes por semana. Defendia a política conservadora e declarava explicitamente, no quarto ano de sua existência, que mantinha o “dogma político Monarquia Constituição e liberdade”. No entanto, mesmo o comprometimento com o governo não o impediu, no ano de sua fundação, que publicasse um artigo em que alguns atos da Assembléia Legislativa Provincial fossem atacados, o que lhe valeu uma tentativa de apreensão da edição por determinação governamental. Em razão disso, seu editor declarou que não mais aceitaria matérias “contendo ofensas ou que pudessem gerar polêmicas”, a partir daí. Mesmo assim, em 1850, o governo deixou de cumprir o contrato, não fixando na Lei Orçamentária a importância suficiente para o pagamento do subsídio. Essa “má vontade” continuou no ano seguinte, quando o *Correio da Vitória* deixou de publicar os atos oficiais do governo. Conforme editorial intitulado “Nossa Missão na Imprensa”, de 3 de julho de 1852, esse periódico “proclamou sua independência”, passando a franquear suas colunas a todo tipo de publicação (CLAUDIO, 1981, p. 529-556 ; BITTENCOURT, 1998, p. 69-80).

Gabriel Bittencourt destaca que a coleção do *Correio da Vitória* é uma preciosa fonte para a memória capixaba e historiografia regional, embora o noticiário local fosse resumido e enxertado de notícias da Corte. Os anúncios não eram muitos. Geralmente versavam sobre escravos fugidos, e o comércio pouco se utilizava do periódico como veículo de propaganda. Uma de suas seções mais concorridas era a que estampava o movimento dos navios no Porto de Vitória. O tema navegação, aliás, era o de maior destaque na sua linha editorial, batendo-se o jornal, com destaque, por uma política de navegação regular para o Espírito Santo, primando pela escala dos vapores em Vitória e pela implantação de um farol na barra de seu porto (o que, posteriormente, ficou concretizado, em 1870, com a inauguração do Farol Santa Luzia). Mantinha correspondente no Rio de Janeiro e deu início, a partir de 1856, à publicação de memórias, textos históricos e crônicas. Foi, talvez, o

primeiro no Espírito Santo a publicar, em folhetim, um ensaio sob o título “A Semana”, nº 10, em setembro de 1859 (BITTENCOURT, 1998, p. 71).

Segundo Cláudio (1981, p. 531-532), a imprensa verdadeiramente independente, sem ligações com o governo ou com agremiações partidárias, foi inaugurada em 17 de dezembro de 1853, com o periódico *A Regeneração*, redigido pelo professor Manoel Ferreira das Neves. Era um jornal de caráter literário e extinguiu-se em 1855.

A imprensa política fez sua estréia na Província a 17 de julho de 1856, com a publicação de *O Capichaba*, seguido de *O Semanário*, fundado por Pereira de Vasconcellos, em 2 de janeiro de 1857 (CLAUDIO, 1981, p. 532).

Em 1860, acentuaram-se os movimentos conscientes da imprensa partidária na Província, influenciados pela crise em que se achavam os conservadores e os liberais em todo o Império. Essa crise terminou com a deslocação de diversos homens eminentes de um partido para outro contrário, como foi o caso de Zacarias de Vasconcellos e do Visconde do Rio Branco (CLAUDIO, 1981, p. 534). No período seguinte, quase todos os impressos surgidos estavam marcados por linha política de atuação, ora defendendo candidaturas, ora atacando-as. Nessa direção tomada pela imprensa local, podemos destacar *A Liga*, *O Indagador*, *O Marimbondo*, *O Provinciano* e *O Pica-pau* (este que trazia como logomarca a representação de uma ave homônima em cujo bico se prendia uma vespa, que representava *O Marimbondo*); havia ainda *O Periódico dos pobres*. Todos foram do ano de 1860, e de efêmera duração (BITTENCOURT, 1998, p. 72).

Em 1861, às duas correntes políticas se deram continuidade e alento, com o aparecimento dos novos jornais: *União Capixaba*, *O Clarim*, *O Desaprovador* e *O Tempo*. Em 1863, tivemos, *A Borboleta*, *O Amigo do povo*, *Liberal*, *O Monarquista*. Em 1864, surgiu o *Jornal de Vitória*. Este defendia as idéias liberais e só deixou de circular em 1869, por insuficiente número de assinantes; seu redator era o engenheiro M. Feliciano Moniz Freire. Liberais também foram *O Cidadão* (1868), *A Voz do Povo* (1868), *A União* (1873) e *Opinião Liberal* (1876), entre outros. O

Partido Conservador apoiou-se, sobretudo, em *O Espírito-Santense* (1870 a 1888), fundado e redigido por José Marcellino Pereira de Vasconcelos; ou em *A Folha de Vitória* (1883 a 1890), fundado por Aristides Braziliiano de Barcelos Freire (CLAUDIO, 1981, p. 534; BITTENCOURT, 1998, p. 72-73).

Em Anchieta, publicava-se *A Tribuna* (1889) sob a direção de José Horácio Costa; em Cachoeiro de Itapemirim, editava-se *O Cachoeirano* (1877), fundado por Luiz de Loiola e Silva (OLIVEIRA, 1975, p. 396-397). Este jornal tornou-se a maior expressão da imprensa no Sul da Província; seu redator e fundador declarou “imparcialidade eqüidistante” dos dois partidos políticos – conservador e liberal – que monopolizavam o debate político. A partir de 1881, adotou uma linha abolicionista, mas moderada e, em julho de 1888, desde a edição nº 31, sob a redação de Antônio Aguirre e Bernardo Horta, ferrenhos republicanos, tornou-se órgão propagandista do regime de que eram adeptos (BITTENCOURT, 1998, p. 74).

O primeiro periódico publicado no interior da Província foi *O Itabira*, cuja edição inaugural data de 1º de julho de 1866, em Cachoeiro de Itapemirim, fundado por Basílio Carvalho Daemon, que, deixando o Rio de Janeiro, ainda muito moço optou por se instalar na *Terra do Ibabira*, fundando o jornal homônimo.

O Itabira, embora estampasse a proposta de jornal “literário, agrícola, comercial e noticioso”, comprometendo-se a não enveredar pelos caminhos “dos artigos anônimos, críticas às vidas privadas, política, vingança parciais”, tendo no seu redator um adepto da política conservadora, terminou por sustentar violento embate político que redundou em sua suspensão de publicação e sua substituição por outro periódico, o *Estandarte* (1868) (BITTENCOURT, 1998, p. 73-74).

3.1 JORNALISMO E A PRODUÇÃO DO REAL

O jornalismo é uma manifestação atravessa pela ideologia, mas não determinada por ela. Atividade eminentemente política, o jornalismo não exclui a *reprodução*

verdadeira dos acontecimentos, seja qual for a orientação ideológica da instituição ou de seus profissionais.

Corroborando com Melo (2003, p. 73-74), “não endossamos a tese de que a mensagem jornalística é necessariamente politizante”. A autonomia jornalística “é concebida como possibilidade de convivência e de confronto permanente entre diferentes modos de aprender e de relatar o real”.

A confecção da notícia, como a que se dá no ambiente da Redação, é lugar de *diálogo democrático* onde todos os envolvidos na notícia – repórteres, editores, chefes de reportagem, pauteiros, enfim – devem buscar a melhor interpretação dos fatos.

Não é bom que a Redação seja como um quartel ou como uma ordem religiosa, onde exista uma hierarquização que engessa o diálogo e a visão sobre os fatos. O jornalista deve ser prudente, saber acolher e acatar uma opinião dos seus chefes, consciente de que a empresa possui uma linha editorial a ser seguida.

O jornalista, ao entrar em uma empresa privada de comunicação, sabe que nem tudo pode ser dito, mas ao procurar falar, narrar, contar os fatos (as histórias) pautado na ética, na isenção e na verdade mostrará para a empresa que ele se preocupa com o público e com a empresa. A Redação é lugar de *diálogo negociado*, lembrando também que existem ordens a serem cumpridas. É através do olho do repórter, e do seu relato dos fatos que os telespectadores, também, vêem a realidade.

O jornalismo não age como político, advogado, juiz, agitador, *marketeiro*, lobista, ator, super-herói, paladino da verdade, enfim, pois jornalismo não é isso. O jornalismo deve se pautar na busca da verdade dos fatos. O jornalismo tem a função de *interpretar* os fatos sociais, buscando imparcialidade.

Acontece que as empresas estão impossibilitadas de acompanhar a ação dos seus empregados, o que culmina no extravasamento de matérias que não coincidem rigorosamente com a linha editorial. Como aponta Melo (2003, p. 76) “o risco

existe, mas ele não é tão grave assim, nem passa despercebido pelo empresários do jornalismo. Trata-se muito mais de um conflito consentido, do qual os dirigentes institucionais participam em condições de manter o controle do processo”.

A versão final das mensagens jornalísticas, como nos aponta Miranda (1976) é produto de uma “negociação implícita” entre empresa e jornalista. E, esclarece Marques de Melo (2003, p. 76): “De qualquer maneira, não existem dúvidas sobre o controle que a instituição jornalística exerce sobre o que vai ser difundido em cada edição ou emissão. Tampouco existem dúvidas sobre as possibilidades que têm os profissionais de intervir nesse controle (participar?)”.

Essa nova caracterização do cenário dos meios de comunicação permitiu reinventar vivências, alterar percepções, sensibilidades e processos cognitivos, modificando espacial e temporalmente toda a sociabilidade (RUBIM, 1992, p. 3-23).

Nas palavras de Melo (2003, p. 25),

[...] admitir a convivência de categorias que correspondem à modalidade de relato dos fatos e das idéias no espaço jornalístico não significa absolutamente desconhecer que o jornalismo continua a ser um processo social dotado de profundas implicações políticas, em que a expressão ideológica assume caráter determinante. Cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independente do artifício narrativo utilizado.

Para a corroboração das idéias que defendemos em nosso trabalho, convocamos novamente as palavras de Marques de Melo, quando o autor esclarece que:

[...] os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá entender Althusser, pelo menos atuando como uma ‘indústria da consciência’, de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades (MELO, 2003, p. 73).

A representação na imprensa e em todos os outros tipos de mídia e discurso é uma prática construtiva. Os acontecimentos e as idéias não se comunicam de maneira neutra em sua estrutura natural; nem poderiam fazê-lo, uma vez que são

transmitidos por um meio com suas próprias características, e essas características são impregnadas de valores sociais que dão uma perspectiva potencial para os acontecimentos.

O jornalista é servido pela língua, pelos códigos e pelas regras do campo das linguagens, para que no trabalho de enunciação produza discursos. Em outras palavras, o jornalismo tem uma dimensão simbólica (FAUSTO NETO, 1991). O grau de nomeação das coisas pelas palavras não se dá apenas pelo recurso da justaposição, mas por algo que decorre do investimento do trabalho da enunciação, isto é, pelo sujeito (BENVENISTE, 1995).

Para a nossa idéia principal, utilizamos, também, os seguintes argumentos de Marques de Melo, quando o autor discorre dizendo que a seleção do que vai ser publicado, significa, portanto a ótica da empresa jornalística sobre os fatos; por conseguinte a opinião da empresa é revelada por meio desta seleção:

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a *ótica* através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (MELO, 2003, p. 75).

3.2 JORNAL E HISTÓRIA

Romancini (2005, p. 1) pontua que o campo de estudos de Jornalismo tem com a História uma profunda ligação. Existem importantes trabalhos para os quais o jornalismo serve de fonte ou objeto à História. Não são apenas os historiadores que recorrerem a jornais para elaborar suas narrativas (e jornalistas que utilizam o conhecimento histórico), mas os jornalistas têm, por vezes, papel importante e, ao mesmo tempo, polêmico na elaboração da chamada “história imediata” .

Como mostra um trabalho de Camargo (apud ROMANCINI, 2005, p. 10), até a década de 1970 a utilização da imprensa periódica como fonte para a história

brasileira não era muito acentuada, a despeito de exceções como os estudos de anúncios de jornais feitos por Gilberto Freyre ou a utilização de dados de jornais para a constituição de séries estatísticas sobre indicadores de preços, por exemplo, em estudos sociológicos ou históricos. Camargo discute aspectos que poderiam explicar esse fato, como a problemática da veracidade da informação da imprensa, a ausência de repertórios de jornais exaustivos e a dispersão das coleções. Sem dúvida, a insegurança e a baixa utilização dos dados dos jornais pelos historiadores também está ligada a uma postura epistemológica sobre o tipo de conhecimento que pode propiciar a análise do material da imprensa.

Sobre a compreensão das fontes, a exposição de Capelato (1988, p. 24) é bastante clara:

O respeito sagrado pelo documento [da história positivista] desaparece e com ele o mito do historiador-cientista, dono da verdade absoluta. Desta forma, sua tarefa [do pesquisador, sob paradigmas 'modernos' ou 'pós-modernos'] se tornou mais complicada. Antes dele se exigia coleta, crítica e organização das fontes; agora deve questionar e analisar seu instrumento básico de trabalho.

Abreu (apud ROMANCINI, 2005, nota 6, p.11) aponta que concepções sobre o papel da imprensa a partir de uma “teoria da dominação” – que vê na mídia mera representação de grupos dominantes ou interesses organizados –, para o qual o marxismo colaborou, também não favoreceu o estudo dos jornais pelos historiadores.

Reflexões de vários autores sobre o jornal como fonte para a História e objeto das Ciências Sociais, dentro de um paradigma “moderno”, são encontradas em dois trabalhos organizados por Marques de Melo (ROMANCINI, 2005, nota 6, p. 11).

Romancini (2005, p. 11) nos apresenta um leque de abordagens de historiadores, incluindo pesquisadores das ciências humanas que utilizam o jornal como uma fonte ou objeto de e para suas problemáticas:

[...] houve maior preocupação com o político, em estudos de ideologias e jornais (Borges, 1979; Contier, 1979; Capelato e Prado, 1980; Capelato, 1989; Marson, 1980; Góes et. al., 1983; Paula, 1999) e do nível político da

imprensa com a operacionalização do conceito de “indústria cultural” (Taschner, 1987, 1992), mas, também, fizeram-se histórias sociais de enfoque diverso (Silva, 1978; Bernardi, 2000; Cruz, 2000); descrições e análises da imprensa negra (Moura, 1984; Ferrara, 1986) ou do negro na imprensa (Schwarcz, 1987); histórias e análises de periódicos (Mota e Capelato, 1981; Luca, 1999), inclusive com abordagem, em certo nível, prosográfica (Martins, 2001); estudos da censura sobre determinadas publicações num dado período (Carneiro e Kossoy, 2003) ou desse tipo de repressão no regime autoritário de 1964 (Aquino, 1999; Smith, 2000 [trabalho de uma brasilianista]; Kushnir, 2004); estudos de determinados períodos da história do jornalismo no Brasil, com maior ou menor ênfase nas influências mútuas entre o contexto social e a imprensa (Abreu et al., 1996; Lustosa, 2000; Morel e Barros, 2003); aproximações com o contemporâneo, seja num nível mais analítico (Lattman-Weltman et. al., 1994; Abreu et.al., 2003), seja no plano da constituição de um acervo de história oral (Abreu et. al., 2003a). Trabalhos para um público mais amplo também foram publicados (Abreu, 2002; Lustosa, 2003).

Prado e Capelato (198, p. 19), que utilizaram o jornal como fonte de pesquisa, o justificam por entender “a imprensa profundamente como instrumento de manipulação e interesses e de intervenção social [...]”.

Além de servir às autoras citadas, a imprensa foi a base do trabalho de Santos (1999), em *A terra prometida: emigração italiana: mito e realidade*, que analisou periódicos italianos do Norte da Itália (entre 1875 e 1899), para explicar as causas do êxodo.

Pioneiro no uso da imprensa como fonte para pesquisas científicas, Gilberto Freyre chegou a resultados verdadeiramente surpreendentes pela novidade, pela variedade, pelo rigor, pela segurança, de acordo com a observação do historiador Souza (apud MELO, 1972, p. 32).

Lamentando que o historiador de orientação mais convencional ainda despreze o aparato humano que se oculta nos anúncios de notícias de jornais, Freyre (apud MELO, 1972, p. 33) atribuía a Pereira da Costa o verdadeiro pioneirismo no emprego desse tipo de informação histórica. Entre os pesquisadores de estudos brasileiros, o historiador, o folclorista e dialetologista Pereira da Costa talvez tenha sido o que mais se destacou no aproveitamento desse material tão valioso.

No entanto, estudiosos contemporâneos começaram a superar os estorvos da tradicional metodologia historiográfica, encontrando na imprensa uma genuína fonte de conhecimentos, não apenas como fonte de sua própria história, mas, também, das circunstâncias e acontecimentos o mais diversos possíveis. Na opinião de Bauer (apud MELO, 1972, p. 33), a imprensa se compara a um diário de sua época, cuja consulta é necessária às gerações vindouras, sobretudo para descobrir os mais sublimes estímulos da vida passada.

Quintas (apud MELO, 1972, p. 33) chegou até mesmo a demonstrar, no ensaio *Notícias e anúncios de jornal*, que é necessário que os nossos pesquisadores de história e de sociologia se dirijam a essa fonte de total importância.

O outro pesquisador que se convenceu da necessidade de ler os velhos jornais foi o Prof. Nilo Pereira na introdução à monografia *Dom Vital e a questão religiosa*. Ali, ele sentia, conforme o expressa, a palpitação das idéias que se experimentam na leitura dos velhos periódicos. É bom que reconheçamos no jornal uma fonte relevante de conhecimento histórico. Segundo Nilo, não se teria uma noção plena do problema da escravidão, para se mencionar um exemplo, se não fossem lidos nesses velhos jornais os anúncios de venda ou fuga de escravos (PEREIRA, apud MELO, 1972, p. 34).

E o pesquisador Carone (apud MELO, 1972, p. 43), em exposição proferida aos participantes do II Encontro Nacional de Estudantes de História, realizado na Universidade de São Paulo, nos meses de outubro e novembro de 1971, enfatizava que apenas nos jornais os pesquisadores de História têm a possibilidade de encontrar os elementos fundamentais para reconstituir os cenários, os atores e os núcleos da história da República no Brasil.

A grande imprensa paulistana, dos fins do século XIX, sobretudo *A Província de São Paulo* e o *Correio Paulistano* serviram à professora Paula Beiguelman, afim de que ela investigasse *A Grande imigração em São Paulo* (BEIGUELMAN, apud MELO, 1972, p. 43).

3.3 A COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA DO IMPÉRIO

Pretendemos aqui fazer uma breve discussão dos partidos liberal e conservador. Para tanto, utilizaremos as concepções de Carvalho (1996) em sua obra clássica *A construção da ordem*.

Como ponto de partida, há autores que negam qualquer diferença entre os partidos imperiais, principalmente o Conservador e o Liberal. Há os que os distinguem em termos de classe social; há os que os diferenciam por outras características, como a origem regional ou a origem rural ou urbana. Além de variarem as afirmações sobre a composição social dos partidos, essa diversificação tem por base concepções totalmente diversas sobre a natureza social e o sistema de poder vigente no Império (CARVALHO, 1996, p. 182-183).

Segundo Carvalho (1996, p. 183-184), essas concepções vão desde o império burguês, de Caio Prado, incluindo setores reacionários e progressistas; passam pela sociedade patriarcal, de Nestor Duarte; pelo domínio do latifúndio, de Maria Isaura; pela predominância do estamento burocrático, de Faoro; pela sociedade escravista, de Vicente Licínio Cardoso; e chegam à sociedade quase feudal de Oliveira Vianna. Os partidos são forçados a refletir os deslocamentos dessas variadas concepções, assumindo também as mais diversas fisionomias.

Até 1837, não se podia falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. As conseqüências da descentralização pelo Código de Processo Criminal, de 1832, pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais da Regência vieram, ao final da década, a possibilitar a formação dos dois grandes partidos que, com altos e baixos, dominaram a vida política do Império até o final. O Partido Conservador surgiu de

uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores. Os defensores das leis descentralizadoras se organizaram então no que passou a ser chamado Partido Liberal (CARVALHO, 1996, p. 184).

Segundo Carvalho (1996, p. 184-185) as únicas modificações importantes no sistema partidário, do ponto de vista formal, se deram com o surgimento dos partidos Progressista, de curta duração, e Republicano. O Partido Progressista compunha-se de conservadores dissidentes e liberais históricos. Alguns ex-adeptos dos Progressistas formaram o novo Partido Liberal; outros ingressaram no Partido Republicano fundado em 1870. Até o fim do Império, o sistema partidário permaneceu tripartite, tendo, de um lado, os dois partidos monárquicos e, de outro, o Partido Republicano.

A evolução do sistema partidário poderia ser representada da seguinte forma (Gráfico1):

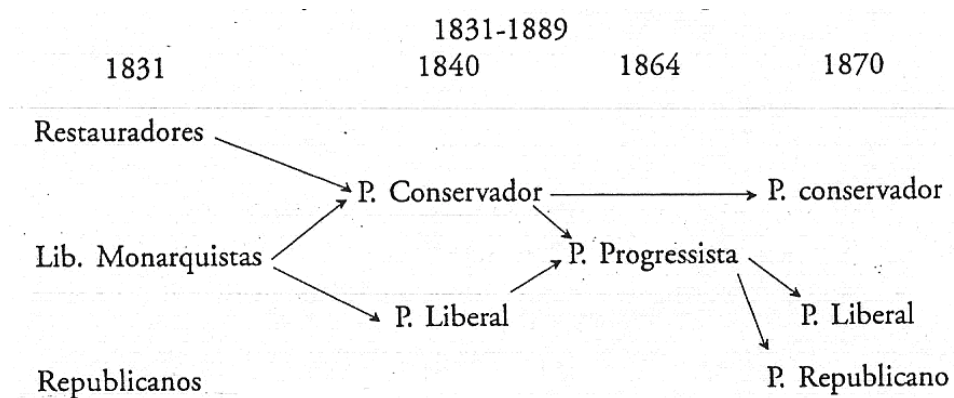


Gráfico 1 - Evolução do sistema partidário do Império de 1831 a 1889.
 Fonte: Carvalho (1996, p. 185).

Os programas dos conservadores e liberais antes de 1864, que deviam ser inferidos das afirmações dos líderes, dos programas governamentais, dos escritos teóricos e dos grandes debates parlamentares tinham como referência os problemas-chave associados à reforma das leis de descentralização, à restauração do Conselho de Estado, à abolição do tráfico, às leis de terras etc. Os liberais se batiam por maior autonomia provincial, pela Justiça eletiva, pela separação da

polícia e da Justiça e pela redução das atribuições do poder moderador. Os conservadores se debatiam pelo fortalecimento do poder central, pelo controle centralizado da magistratura e da polícia e pelo fortalecimento do poder moderador (CARVALHO, 1996, p. 185-186).

Segundo Carvalho (1996, p. 186-187), em 1869, surgiu o novo Partido Liberal e o programa incluía como pontos principais a eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal); Senado temporário; Conselho de Estado apenas administrativo (não a abolição do Conselho); a abolição da Guarda Nacional; as clássicas liberdades de consciência, de educação, de comércio, de indústria; as reformas judiciárias do programa progressista; e a abolição gradual da escravidão, iniciando com a libertação do ventre. As velhas demandas liberais por maior descentralização foram mantidas, mas introduziram-se reivindicações novas referentes às liberdades civis, participação política e reforma social. As novas reivindicações atingiram seu ponto culminante no programa radical de 1868. Essa concepção do liberalismo foi claramente expressa num manifesto publicado em 1869. O Estado, segundo os redatores do manifesto, não deveria “ir além dos limites naturais; não deveria substituir-se à sociedade”, antes, devia limitar-se a cuidar da justiça, da polícia, da ordem e dos impostos. Essa posição representava agora as reivindicações de profissionais liberais, de intelectuais e de alguns industriais, todos vinculados à economia e modos de vida urbanos. Autonomias provincial e local eram menos importantes para esse grupo do que liberdade individual e participação política.

Coexistiam dois tipos de liberalismo: o dos proprietários rurais e o dos profissionais liberais urbanos. Só na década de 1860, com o maior desenvolvimento urbano e o aumento do número de pessoas com educação superior, foi que o liberalismo clássico dos direitos individuais teve melhores condições de se desenvolver (CARVALHO, 1996, p. 188). José Murilo de Carvalho, em seu trabalho, analisa a composição social dos partidos, conheçamos, portanto, as idéias do autor a esse respeito.

Na Tabela 1, constata-se o predomínio de liberais num sistema considerado por muitos como profundamente conservador, uma vez que a proeminência numérica

não significava maior controle do governo pelos liberais, mas explica a incapacidade de os liberais permanecerem no poder, mesmo tendo sido conduzidos a ele mais vezes que os conservadores (CARVALHO, 1996, p. 191).

Tabela 1 - Ocupação e filiação partidária dos ministros, 1840-1889 (%)

Filiação partidária	Ocupação			
	Governo	Prof. liberais	Economia	Total
Conservador	50,82	36,76	50,00	43,89
Liberal	36,07	61,77	50,00	49,64
Sem partido	13,11	1,47	--	6,47
Total	100,00 (N=61)	100,00 (N=68)	100,00 (N=10)	100,00 (N=139)

Fonte: Carvalho (1996, p. 191).

A partir de sua pesquisa, Carvalho (1996, p. 191-192) constata que, no que se refere à relação entre ocupação e filiação partidária, os dados mostram a tendência nítida de os funcionários públicos se concentrarem no Partido Conservador e os profissionais liberais no Partido Liberal. Esse achado é compatível com a idéia de que os conservadores formavam os principais suportes da centralização e do fortalecimento do Estado; é também condizente com a hipótese de Faoro de que os burocratas se concentravam no Partido Conservador; e, em parte, conciliável com a suposição de Azevedo Amaral, de que os liberais provinham das profissões liberais e de grupos intelectuais.

Os elementos vinculados à posse da terra não se filiavam predominantemente a um ou outro partido monárquico, mas se distribuíam quase que igualmente entre os dois partidos. O grosso do Partido Conservador se compunha de uma coalizão de burocratas e donos de terra, ao passo que o grosso do Partido Liberal se

compunha de uma coalizão de profissionais liberais e de donos de terra. Esse resultado é muito consistente sobre a duplicidade do liberalismo e esclarece, também, as dificuldades do processo de formação do Estado durante o Império. Dentro do Partido Liberal, as posições doutrinárias do liberalismo clássico eram representadas no início pelos padres e, mais tarde, no período abrangido pelos dados, pelos profissionais liberais e uns poucos industriais (CARVALHO, 1996, p. 192).

Mas, ao lado desse grupo, que crescia com o passar do tempo, estava outro, no início, mais poderoso, de proprietários rurais. Estes últimos se compunham de elementos que se consideravam liberais por defenderem a descentralização do poder em benefício de interesses locais ou provinciais, isto é, em benefício deles mesmos. Dentro do Partido Conservador, estavam os burocratas, defensores constantes do fortalecimento do poder central, esteios da formação do Estado imperial. Mas ao lado dos burocratas estavam também grupos de proprietários rurais, cujos interesses podiam coincidir ou não com as necessidades da centralização (CARVALHO, 1996, p. 192-193).

Os donos de terra que se ligavam ao Partido Conservador tendiam a pertencer a áreas de produção agrícola voltadas para exportação e de colonização mais antiga, como Pernambuco, Bahia e, sobretudo, Rio de Janeiro. Esses grupos tinham mais interesses na política nacional e na estabilidade do sistema. Daí se dispunham mais facilmente a apoiar medidas favoráveis ao fortalecimento do poder central. Os donos de terra filiados ao Partido Liberal provinham mais de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, com menos interesses na centralização e na ordem em nível nacional (CARVALHO, 1996, p. 193).

Os partidos, em sua liderança nacional, compunham-se de intrincada combinação de grupos diversos em termos de ocupação, de origem social e provincial. De acordo com José Murilo de Carvalho, não cabem a respeito desses divisões e classificações simplificadas. A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando, às vezes, ao

observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles (CARVALHO, 1996, p. 199).

A profunda divisão que existia dentro do Partido Liberal o impedia de deixar passar projetos de mudanças sociopolíticas incluídas em seu programa pelo setor reformista. Todas as principais leis de reforma social, tais como a abolição do tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre, a Lei de Abolição e a Lei de Terras foram aprovadas por Ministérios e Câmaras conservadores. Frequentemente, os liberais reformistas propunham as reformas e os conservadores as implementavam (CARVALHO, 1996, p. 204).

3.4 O JORNAL *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO*

O jornal *A Província do Espírito Santo* foi fundado em 15 de março de 1882 por José de Mello Carvalho Moniz Freire e Cleto Nunes Pereira. Com o advento da República, passou a denominar-se *Diário do Espírito Santo*, em 1889, e *Estado do Espírito Santo*, em 1890. Sua atuação jornalística foi reconhecida pelos principais veículos de imprensa do País. O jornal era produzido na Tipografia da Província do Espírito Santo, localizada na Rua do Comércio, número 31, conforme mostravam os anúncios que apareciam constantemente. Seus editoriais procuravam desnudar qualquer fato; seus comentários eram implacáveis e diretos; seu jornalismo buscava a origem dos problemas e não meramente retratá-los.

O que chama a atenção nesse periódico, na primeira página, são os títulos com letras grandes, seguidos dos subtítulos; logo abaixo do nome do jornal, liam-se os nomes dos editores: Moniz Freire e Cleto Nunes. No subtítulo, a edição do ano de 1882 estampava a frase: “Folha consagrada aos interesses provinciais, filiada a escola liberal”.

O jornal não poupava críticas e ataques ao principal partido adversário, o Partido Conservador. Num editorial versando sobre “Eleição Municipal”, o jornal *A*

Província do Espírito Santo levantou sua bandeira liberal, procurando convencer a população a votar nos candidatos desse Partido:

Mas, partido algum, dos que atualmente militam com as nossas instituições, está mais apto para amalgamar os princípios regeneradores do que o partido liberal; tem sido ele o protagonista de nossas mais belas tradições políticas, tem obedecido à corrente de todos os progressos, e é disciplinado a uma bandeira majestosa, cujas idéias são as mais elevadas aspirações para operar uma renovação em nosso meio social. O partido conservador é, pelas lições de seu passado e pela natureza dos princípios que formam o seu código de crença, um partido retrógrado. [...] Há mais de quatro anos que eles foram apeiados da direção do Estado; e quem já os viu proclamar a necessidade de uma reforma, demonstrar a sua capacidade para reassumir o poder? Entretanto o partido liberal pouco tempo após sua queda em 1868 já tinha feito a convergência de opinião pública em nome da reforma eleitoral pela eleição direta, tinha atraído as simpatias da nação, tinha-se tornado o predileto do povo; e se a Corte, mais tarde, não obstante a Câmara quase unânime dos adversários, instituiu-os com sua confiança, foi devido aos reclamos gerais da nação que apontava os liberais com um interesse ardente. O partido liberal deve ainda uma vez amanhã apressurar-se a dar combate aos seus adversários e ganhar nova vitória, tanto mais gloriosa quanto todos têm hoje a certeza de que o poder público não intervém nos pleitos (A PROVÍNCIA..., 30 jun. 1882).

Um dos conteúdos mais importantes aos leitores do jornal estava na publicação das sessões da Assembléia Legislativa Provincial. De lá emergiam os assuntos relevantes para os habitantes da Província; o cidadão conhecia de perto o seu candidato e acompanhava os rumos das decisões políticas.

Uma das figuras de destaque no cenário sociopolítico nacional dessa época era Cleto Nunes.

Cleto Nunes Pereira nasceu em Vitória a 3 de maio de 1856. Foi deputado de 1878 a 1891, Conselheiro Municipal, Senador, em 1898, e “jornalista combativo”. Faleceu em Friburgo a 11 de abril de 1908. Era membro de uma das mais antigas famílias capixabas: os Nunes Pereira. Esses foram sesmeiros ricos do vale do Santa Maria. Cleto Nunes deixou numerosa e ilustre família. A Prefeitura Municipal de Vitória perpetuou-lhe o nome numa avenida no Parque Moscoso, bairro que ele, como Presidente do Conselho Municipal, mandou arruar (DERENZI, 1965, nota 6, p. 166). Como jornalista combativo, Cleto Nunes adquiriu ampla visibilidade no periódico *A Província do Espírito Santo*.

No primeiro ano de sua existência, 1882, as dimensões desse periódico eram de 320 x 480mm (formato *Standard*) e saía três vezes por semana: às quartas-feiras, sextas, e aos domingos. Em 1º de janeiro de 1883, passou por duas transformações: diminuiu seu tamanho para 253 x 415mm (formato tablóide) e passou a ser publicado diariamente. Foi o primeiro jornal a se tornar diário na imprensa capixaba.

Para a divulgação de anúncios e demais publicações, o interessado deveria se dirigir até às três horas da tarde, da véspera de circulação do jornal, à Padaria Nacional, localizada na rua Duque de Caxias, nº 37. Sua tiragem no ano da fundação, 1882, era de 1000 exemplares, chegando em 1889 ao número de 1600 exemplares. Segundo Heráclito Amâncio Pereira, a primeira rotativa da marca Marinoni que houve na Província era da tipografia de *A Província do Espírito Santo* (PEREIRA, 1979, p. 74).

O jornal tinha quatro páginas de cinco colunas cada uma, no sentido vertical, o que obrigava o leitor a iniciar a leitura lá no alto, percorrer toda a coluna até embaixo, e continuar a leitura na outra coluna. Isso a dificultava, tornando o ato de ler algo cansativo.

No interior do jornal, na parte inferior, havia uma seção que podia ser usada para divulgar um livro apresentado em partes ou uma série de artigos. Nas edições que analisamos, publicava-se em capítulos o livro *Madame Bovary* de Gustavo Flaubert, traduzido para o português. Numa sociedade como era a de Vitória, que reclamava a falta de agito social (característico dos grandes centros urbanos), tinha-se na leitura dos clássicos da literatura uma alternativa de entretenimento, embora restrita a raros privilegiados, posto que a maioria da população era analfabeta ou de pouca escolaridade. A leitura dos gêneros literários (folhetins) do século XIX tinha o propósito de entreter o público letrado; e conseguiam.

No primeiro ano, a última página era destinada à publicidade, divulgação de avisos e vários anúncios. Anúncios de medicamentos estavam entre os que mais apareciam. Nessa última página, promoviam-se muitos anúncios das companhias de navegação que faziam as viagens da Europa para o Brasil. A propaganda do

vapor *Maria Pia* era a que mais se dava a conhecer. Em 1883, a primeira página também foi usada para estampar publicidade e avisos. Durante alguns anos, nenhuma notícia foi colocada ali, passando a ocupar as páginas dois e três.

Uma das seções que nos chamou a atenção foi a intitulada “Fatos e Boatos”. Essa seção era de variedades e de interação com a comunidade de leitores. Publicavam-se reclamações de moradores em relação a serviços públicos básicos e pedidos de construção de estradas em vilas e fazendas. Os conteúdos de utilidade pública em geral eram os que mais se redigiam. Encontramos nessa seção exposições escritas sobre assuntos policiais, notas discorrendo sobre a movimentação no porto da capital, Vitória, e informações sobre entretenimentos, divulgando as opções de lazer na cidade.

A seção “Crônica dos Jornais” fazia um resumo daquilo que os jornais da capital haviam publicado na edição anterior. Segundo *A Província...* (a partir daqui vamos chamá-lo de *A Província...*), essa idéia de fazer resenhas foi uma inovação introduzida por esse periódico no jornalismo capixaba. O editorial dos jornais concorrentes era o objeto principal das suas críticas. Os diários comumente analisados nessa seção eram *O Espírito-Santense* e *O Horizonte*: ambos publicados na capital. O primeiro era o mais visado.

É interessante destacar que os títulos das matérias eram “títulos-rótulos” (expressão usada pelos historiadores do jornalismo norte-americano), que davam pouca, ou quase nenhuma idéia da notícia. Podemos dizer que se tratava de uma forma rudimentar dos atuais títulos. Algumas seções eram fixas, no entanto poderiam ser suprimidas em determinada edição ou criadas outras.

O jornal mantinha correspondentes no Rio de Janeiro, São Paulo, Paris e nos municípios da Província. Entre seus colaboradores, destacavam-se políticos como Affonso Cláudio e figuras eminentes como José Joaquim Pessanha Póvoa. Encontramos nesse veículo de comunicação uma tendência de publicar matérias de jornais nacionais (principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo) e internacionais, de transcrever matérias de revistas e de boletins de agências de notícia, sobretudo a da agência Havas.

Os redatores de *A Província...* faziam leitura de uma farta relação de jornais, nacionais e estrangeiros, isso lhes permitia uma maior cobertura noticiosa.

A imprensa do século XIX era predominantemente política, com atuação constestadora na vida pública, lutando pelas causas mais diversas. Nesse século, surgiram os pasquins, jornais de vida efêmera e combativos; apareciam para defender uma só causa, muitos não passavam do primeiro exemplar. Também, nesse século, a imprensa ganhou feições industriais –, sobretudo a partir das inovações iniciadas na imprensa norte-americana – tratando a informação como mercadoria e transformando-a num instrumento de lucro.

A produção jornalística de *A Província...* não seguia o critério que praticamos hoje, fazendo uma distinção entre opinião e informação. A expressão opinativa no jornal poderia aparecer em pequenas notas ou em reportagens mais longas. Os seus editores, Moniz Freire e Cleto Nunes, atuavam opinando, atacando, discordando conforme as circunstâncias lhes permitiam. No entanto, os editoriais e os artigos eram os principais espaços de que o jornal se utilizava, para esboçar as suas opiniões.

A Província... fazia um jornalismo até certo ponto fora dos ditames da chamada imprensa oficial (as nascidas sob a égide do aparato estatal). As críticas ao governo imperial, provincial e aos órgãos governamentais demonstraram que sua atuação não estava subordinada (de alguma forma) a esses poderes.

3.5 MONIZ FREIRE: O POLÍTICO, O JORNALISTA

Bacharel em Direito, José de Mello Carvalho Moniz Freire, um dos fundadores do jornal *A Província do Espírito Santo*, ao lado de Cleto Nunes Pereira, foi uma das figuras mais expressivas da história do Espírito Santo. Seus ideais políticos sempre agindo na vanguarda dos acontecimentos levaram-no a assumir o governo do Espírito Santo em dois mandatos: entre 1892 e 1896 e entre 1900 a 1904, ambos

pelo Partido Republicano Construtor. Durante os seus mandatos, como ponto marcante promoveu a urbanização de Vitória, dando novo fôlego para o comércio da capital.

Como proprietário de um jornal da capital, Vitória, Moniz Freire pôde exercer influência na esfera pública; tornou-se conhecido em todo o País como um dos melhores jornalistas doutrinadores. Em Vitória, Moniz ocupou cargos de eleição popular, entre os quais, o de vereador e presidente da municipalidade da capital, deputado provincial, nas legislaturas de 1884/1889, e deputado geral, 1889 (CLAUDIO, 1981, p. 271).

Como nos mostra Basílio (1961. p. 16), desde pequeno Moniz Freire demonstrava uma grande tendência para o jornalismo, tendência essa que o levou a associar-se a seus colegas do Atheneu Provincial, Afonso Cláudio e João Monteiro Peixoto, resultando dessa união a publicação do jornal literário *A Aurora*, em que Moniz teve oportunidade de mostrar os seus predicados intelectuais. Com Candido Costa, fundou em 1876 *A Liberdade*. Afonso Cláudio foi o primeiro a ter espaço no jornal *A Província...*, para escrever um editorial.

Em 1877, Moniz Freire matriculou-se no curso jurídico da Faculdade do Recife, um dos principais centros de estudos do País naquela época. Ali foi novamente colega de Afonso Cláudio. No Recife, com João Peixoto, Arthur Leal e Clóvis Bevilaqua, fundou o jornal *A Gazeta acadêmica*. Três anos mais tarde, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi redator chefe do *Liberal acadêmico* – órgão acadêmico dos estudantes filiados ao Partido Liberal, colaborando também no *Opinião liberal* de Campinas. Concluiu o curso de direito em 1881, um ano antes de fundar o seu mais importante jornal em Vitória/ES. Regressando a Vitória, sua terra natal, em janeiro de 1882, fundou, em 15 de março daquele mesmo ano, *A Província do Espírito Santo* (BASÍLIO, 1961. p. 16). Não era por acaso que João Francisco Lisboa dizia que as Faculdades preparavam, não propriamente profissionais, mas políticos. Certo foi que ele, o bacharel, ou o letrado, comandou a atividade “intelectual” daqueles nossos dias. Ali onde havia Escolas importantes, como eram sobretudo as de Direito em São Paulo e Recife, estudantes faziam jornais efêmeros, intervinham nos debates oficiais, praticavam a vanguarda (como

hoje se diria) literária e assanhavam polêmicas (SALDANHA, 2001, p. 159-160). Por essas Faculdades passaram figuras que compunham ou iriam compor partes importantes no plano cultural ou político nacional. Pessanha Póvoa era uma das figuras marcantes nas páginas de *A Província...*, não apenas por ocupar cargo público importante (enquanto homem a serviço da administração pública, os seus atos ganhavam visibilidade), mas pela força de seus escritos e influência política.

A participação de Póvoa foi de fundamental importância na composição de uma opinião política na sociedade capixaba da época. A relação de Moniz e Póvoa era antiga; foi se formando desde quando o jovem Moniz prestou exame de história perante o ilustrador.

Em 1885, conforme diz Basílio (1961, p. 19-20), o progresso da Província do Espírito Santo estava sendo entravado pelo governo imperial, que só se lembrava de nossa terra para auferir as quotas tributárias. Moniz Freire, aos 24 anos de idade, revoltou-se contra as injustiças cometidas contra a Província, escrevendo as *Cartas ao Imperador*. Numa dessas cartas (num total de sete), Moniz atacou duramente o desfecho do contrato celebrado entre o governo imperial e a *Waring-Brothers*, para a construção da via férrea de Vitória a Natividade/MG. Noutras cartas, atacou abertamente um ministro da Coroa, pertencente a um gabinete prestigiado pelo seu partido. Numa dessas sete cartas, estava presente a questão da imigração, quando Moniz se pronunciou em favor da vinda de imigrantes para o Espírito Santo. Suas solicitações demonstravam um profundo conhecimento dos problemas de sua terra. Suas cartas tiveram impacto positivo para a Província, levando o Imperador a voltar atrás em todas as medidas desfavoráveis ao Espírito Santo. Ainda nessas cartas, Moniz criticava a queda do projeto de 1856, que concedia modesta subvenção à navegação do Rio Doce; a exclusão do porto de Vitória das escalas obrigatórias dos paquetes da Companhia Brasileira; a supressão das bancas de preparatórios da Companhia Aprendizes de Marinheiros; da Caixa Econômica; o desprezo votado à questão dos limites da Província e o adiamento indefinido da construção do edifício da Alfândega.

Segundo Cláudio (1981, p. 273), nas páginas de *A Província...* (1882-1889), do *Estado do Espírito Santo* (1889-1906), do *Jornal do comércio* (1896-1897), do *Diário do Congresso* (1890-1891) e do *Correio da manhã* (1907) existia farta cópia de estudos sobre política, finanças, direito constitucional e questões econômicas e socioeconômicas que “o denunciam um espírito investigador, de invejável preparo”.

Como afirma Cláudio (1981, p. 118), foi Moniz Freire um grande defensor dos núcleos coloniais. Criou ou ativou vários deles, destinando-os a famílias agricultoras nacionais ou estrangeiras, vindas espontaneamente ou por conta do Estado. O meio pelo qual as mensagens de Moniz se infiltraram foi, sobretudo, o meio político (a Assembléia Provincial, o Congresso) e o meio simbólico-político (as folhas do seu jornal). A verdade é que as tribunas da câmara municipal e do senado foram os grandes jornais falados de Moniz.

É interessante que numa nota de esclarecimento, Moniz Freire, em rara declaração, se autodenomina jornalista: “[...] julgo-me, entretanto, com direito, antes como espírito-santense e como jornalista do que como candidato a fazer daqui um convite ao sr. [...]” (*A PROVÍNCIA...*, 14 jul. 1882). A política era a sua vida e o jornalismo foi um meio formidável para pô-la em prática.

3.6 ATUAÇÃO JORNALÍSTICA NUMA PROVÍNCIA PACATA E OS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 80

A comunicação entre os homens é uma necessidade social intrínseca. A intercomunicação em escala global sempre foi algo buscada ao longo dos tempos.

Esse desejo de romper o isolamento espacial pode ser verificado num ofício de 1848, dirigido ao Visconde de Macaé, titular do Império, por José Francisco Andrade e Monjardim, então responsável pela administração provincial do Espírito Santo. O referido ofício também nos dá uma idéia de como era constituída a sociedade naquela época, e o nível de instrução política da população:

E por esta ocasião cumpre-me participar a V. Excia. que a notícia dos mencionados acontecimentos causou alguma sensação nesta capital, mas em poucas pessoas, pois que sendo, a maioria de seus habitantes e a de todos os outros da Província, inteiramente estranha à política, pouca ou nenhuma importância presta a semelhantes notícias, que, além disso, não podem aqui ser, felizmente, transcritas por falta de imprensa, o que concorre sem dúvida para manter-se o proverbial sossego, que de há muito goza a mesma Província [...] (COLEÇÃO PRESIDENTES DO ESPÍRITO SANTO, apud OLIVEIRA, 1975, nota 48, p. 336).

Segundo Oliveira (1975, p. 335-346), a Província do Espírito Santo, por volta de 1850, dispunha de escassos meios de informação, “[...] continuavam alheios às agitações que revolucionavam o mundo, ou o próprio Brasil”. Os relatórios apresentados pelos presidentes à Assembléia Legislativa Provincial, suas correspondências para o governo central, a imprensa, os livros que (embora raros) iam sendo publicados e os Anais da Assembléia local constituíam as fontes de informação sobre a vida capixaba da segunda metade do século XIX. As falas presidenciais se sucediam em desoladora monotonia. Louvavam, sem discrepância, o trabalho das colônias e se queixavam da falta de meios para atender as necessidades do ensino e das estradas. Os pequenos relatórios, cartas, ofício – quase diários – encaminhados aos Ministérios do Império e da Justiça tratavam de pequenos crimes, de questões eleitorais de ínfima importância e davam notícias das epidemias, para requerer sobre vacinas ou pedir dinheiro. Os jornais espelhavam a vida pacata: “Falta de notícias: Como está hoje a Província despida de locais! Que diferença dos demais dias. Oh! leitor impertinente, pois não vês que no Domingo nada se fez e que na segunda-feira todos descansam! O que então havemos de noticiar”? (A PROVÍNCIA..., 15 ago. 1882).

Espantada, dizia uma notícia sobre o número de analfabetos no Brasil: “Que horror! A relação dos analfabetos no Brasil é de 90%, isto é: de cada grupo de 1.000 indivíduos só cem sabem ler [...]” (A PROVÍNCIA..., 4 jun. 1882). E segundo o editorial de 25 de agosto de 1882, o número de habitantes de toda a Província era de “cem mil”. Uma festa de maiores proporções realizada em outro município, como era o caso da Festa da Penha (solenidade em homenagem a Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo), na antiga Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha, era capaz de esvaziar a cidade de Vitória:

Desde o sábado pela manhã que a população da capital começou a fluir para a tradicional Vila Velha. Conduzidos uns pela fé, outros pela necessidade de diversões, todos pela curiosidade, o fato é que a Vitória, uma vez ainda quase despovoa-se no dia alegre e festivo da Penha (A PROVÍNCIA..., 19 abr. 1882).

Na pacata Província do Espírito Santo, a produção de notícias tinha nos órgãos públicos e no comércio a sua principal fonte de informação:

Por serem dias santificados o de hoje e amanhã ser o sábado de festa religiosa, só daremos folha na terça-feira. Com essa resolução, nada perdem os nossos leitores, por isso que *estando fechadas todas as repartições durante esses dias, não há também movimento algum que interesse*, a não ser oferecer algum caso extraordinário, que então nos obrigará a afastar-nos do nosso propósito (A PROVÍNCIA..., 22 mar. 1883, grifos nossos).

Um feriado com o conseqüente fechamento das repartições públicas seria capaz de paralisar a produção de algumas outras notícias, fato que era reclamado pelo jornal.

A população urbana, em constante aumento, não demonstrava aspiração de progresso seja na capital ou no último dos distritos. Não se via nenhum empreendimento marcante: nem no terreno das construções materiais, nem no campo social. Faltava, talvez, uma elite que marchasse à vanguarda, despertando iniciativa (OLIVEIRA, 1975, p. 346).

Essa vida pacata da capital da Província foi relatada pelo jornal *A Província...* nos editoriais de 1882, lamentando que os assuntos capazes de gerar notícias fossem escassos. Lia-se no periódico a respeito de sua atuação jornalística:

[...] com um jornalismo de Província, temos acentuado a nossa ilimitada consagração à causa pública, posta em prova com o aparecimento da folha [...] Esta circunstância em um jornal trisemanal, e em uma pequena Província onde os assuntos são escassos, denota uma pujança de vontade que por vezes toca ao heroísmo; não é um sentimento de vaidade que nos faz assim falar, mas, sim, o desejo de patentear aqui o quanto custa sustentar uma norma que o público ao principio acostuma-se a notar [...] Têm-nos auxiliado apenas na faina o brilho das penas de nossos correspondentes e a dedicação de nossos repórteres, tanto mais dignos de nossa gratidão seus serviços; entretanto, o movimento local, que é tão insignificante na Vitória, tem sido apreendido nesta folha com uma constância tal que bem deixa ver que não poupamos qualquer trabalho no fito de servir cabalmente a aqueles que concorrem para permanecermos na liça [...] (A PROVÍNCIA..., 17 set. 1882).

O século XIX, visto pelas páginas de *A Província...* nos primeiros anos da década de 80, constituiu uma época sedenta de construções tanto no sentido físico – na construção de pontes, estradas, ferrovias, indústrias, vilas e cidades – quanto no sentido ideológico – na busca de um projeto de nação que tivesse por objetivo atingir a República.

Os principais episódios que renderam matérias e ocuparam os editoriais de *A Província...* nos primeiros anos da década de 80 davam conta de que no Espírito Santo os imensos vales desabitados estavam à espera do povo culto (os europeus) que pudesse fecundar a terra e produzir receitas.

Uma das inquietações vividas naquele momento, que identificamos por meio da imprensa, era a necessidade de se promover a descentralização do governo imperial, para trazer autonomia às Províncias. Um artigo do jornal *Diário de São Paulo*, publicado em *A Província...*, na edição de 11 de outubro de 1883, declarava isto:

A descentralização já não é uma idéia partidária, senão uma aspiração nacional; todos os partidos a querem; todos os governos não a contrariam; todos os parlamentos a desejam; e, entretanto, os partidos revesam-se no poder, os governos sucedem-se, os representantes da nação renovam-se e substituem-se, e a centralização continua a ser a formosa donzela que todos adoram, e que por isso ninguém espósa! (A PROVÍNCIA..., 11 out. 1883).

Os primeiros editoriais dessa década nos mostram que um dos fatores que dificultavam o desenvolvimento da Província era a falta de estradas e de uma linha férrea que pudesse fazer escoar os produtos do interior para o litoral. Agricultores, por meio de cartas dirigidas ao jornal, solicitavam a intervenção desse veículo de comunicação para ajudar a combater o problema. Em Santa Maria (antigo nome da colônia de Santa Leopoldina/ES), o editorial de 20 de agosto de 1882 informava que a safra de café seria superior a 100.000 arrobas, mas faltavam-lhe estradas e pontes para escoar o produto; algumas vias, no entanto, necessitavam apenas de reformas. Continuava o editorialista informando-nos “[...] da urgente necessidade desses melhoramentos instantemente reclamados pelos povos das diversas localidades, que continuamente têm pedido nossa intervenção [...]” (A

PROVÍNCIA..., 20 ago. 1882). Diante disso, o jornal se encarregou de enviar as reclamações ao Presidente da Província, Herculano Marcos Inglês de Souza. Os editoriais também chamavam atenção para o cultivo da mandioca, que estava sendo gradativamente abandonado, e para o cultivo da cana-de-açúcar, que estava com os dias contados:

De par com a lavoura do café está a da cana, a da mandioca, que têm levado também abalos enormes. A da mandioca tem-se tornado precária a ponto de ir sendo gradativamente desprezada pelo café, em torno da qual, aliás, formiga uma grande e desesperadora crise; a da cana vai sendo dia a dia abandonada (A PROVÍNCIA..., 16 jun. 1882).

O marasmo da capital seria quebrado, principalmente a partir das políticas de incentivo à urbanização, promovidas por Moniz Freire em 1890, que iriam provocar o desenvolvimento comercial e fazer gerar o crescimento populacional.

Guardadas as limitações de ordem tecnológica (primeiro, as notícias de outros Estados e do exterior chegavam por telégrafo e eram dadas com dias de atraso; segundo, além de a impressão ser cara, era trabalhoso o processo de produção), de algum modo a imprensa local estava preparada para cobrir os acontecimentos. Seria, portanto, a vida tranqüila e monótona da Província que limitaria a atuação dos jornais.

O jornal *A Província...* se dirigia a um público restrito, formado por intelectuais, senhores de terras (alguns), burgueses e outros (poucos) comerciantes. Para termos uma idéia, em 1885, a partir de 22 de março, o jornal *A Província...* publicou na seção “Fatos e Boatos – Notícias Locais”, uma série de artigos (trinta e dois ao todo) sob o título “Memórias do Passado”, cuja autoria pertencia ao Padre Francisco Antunes Siqueira (filho). (A autoria desses artigos foi identificada por Fernando Achiamé, que publicou livro homônimo). Esses artigos possuem um linguajar erudito, com citações em latim que indicam, por parte de quem os escrevia, uma alta formação humanística. De certo, não foi escrito por qualquer cidadão vitoriense. Como diz Achiamé, “Poucas pessoas na cidade possuíam capacidade e erudição para escrever um folhetim com artigos como esses [...]” (SIQUEIRA, 1999, p. 9).

O próprio jornal descreve quem são os seus colaboradores: “Jornalistas e políticos, monarquistas e republicanos, historiadores e viajantes, curiosos e diletantes [...], cada qual explorando a seu sabor, o jeito do assunto sobre o que escreve ou sobre o que fala [...]” (A PROVINCIA..., 19 mar. 1882).

Uma pequena parcela da população, os abastados ansiava por aprimoramento intelectual, isto é, por educação; o grosso da população não colocava seus filhos nas escolas, pois a atividade econômica não requeria; além do mais, o ensino não era bom, como o revelam várias matérias do jornal, criticando a qualidade do ensino na Província; o método que se aplicava também era criticado:

Preconceitos arraigados na população, pouco ou nenhum apreço que gente das classes menos cultas dá a instrução considerando-a como inútil para haver subsistência e abastança. Pobreza de grande parte da população, o que leva os pais a distraírem muitas vezes seus filhos da escola para empregá-los como auxiliares no serviço de que subsistem especialmente na ocasião das colheitas (OLIVEIRA, 1975, p. 357).

Segundo Campos Júnior (1996, p. 123-130), no Espírito Santo antes do primeiro *boom* cafeeiro, por volta de 1894, “nenhuma transformação de relevo se deu na cidade no âmbito comercial”. A atividade do comércio possuía tão pouca expressão que a dinâmica da capital se dava em torno da função político-administrativa do Estado. Faltava a chamada elite para promover iniciativas por parte do governo.

A população capixaba como um todo não estava acostumada a lidar com a imprensa. A consciência política e a liberdade civil eram inexistentes para a grande maioria dos espírito-santenses. Fazer um jornalismo diário era necessário para dar um novo ânimo às esferas sociais, com a distribuição de informação em maior escala. Sem acesso à informação, o povo da Província se mostrava atônito diante dos acontecimentos. Anunciando que seria folha diária a partir de janeiro de 1883, note-se o que se escreveu o jornal:

[...] diante de um público que fica estupefacto com o aparecimento de qualquer empresa de pouco maior fôlego, diante de todas estas dificuldades, enfim, pretende a empresa desta folha introduzir no jornalismo espírito-santense um grande melhoramento, tornando-se a Província em folha diária. Compreendo a lacuna que se nota em nossa

imprensa da falta de um jornal nestas condições, quando em quase todas as capitais os há, e em algumas com abundância, não medimos aqui sacrifícios para satisfazer esta zona de necessidades públicas, e acordar no espírito da população da Província o interesse, tão embrionário ainda, por empresas desta ordem (A PROVÍNCIA..., 22 out. 1882).

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DO JORNAL *A PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO* ACERCA DA IMIGRAÇÃO

Este tópico constitui o escopo principal desta dissertação. Aqui estão reunidas as impressões que tivemos a partir da leitura de oitos anos de história do jornal *A Província do Espírito Santo*, que se estende de 1882 a 1889. Utilizando o método indiciário proposto por Ginzburg (1989), percorremos as páginas desse jornal como caçadores de pistas que pudessem fazer saltarem as páginas aos olhos e configurarem o discurso majoritário do periódico.

Não é pela dimensão do objeto que Ginzburg se interessa. Ele faz uma redução metodológica ao analisar o micro, argumentando que não pode ser chamado de microhistoriador, posto que ele não é reducionista, mas um realizador de generalizações.

O paradigma indiciário contém a proposta de um método centrado no detalhe, nos indícios, sinais, vestígios. A sensibilidade e o exercício da conjectura são fundamentais durante todo o processo de pesquisa. É uma prática interpretativa interdisciplinar, situada no âmbito da microanálise, ou seja, uma prática historiográfica, com referências teóricas variadas. A análise microscópica se refere à redução de escala na observação do objeto, portanto, a dimensão micro diz respeito a uma postura metodológica de observação e não ao objeto em si. O método indiciário traz novas possibilidades para a análise da documentação e uma nova relação com o objeto de estudo. O método oferece outros ângulos para tratar o velho problema dos critérios de cientificidade nas ciências humanas, apresentando outra relação entre saber e verdade e suas implicações no rigor científico, fora da herança positivista. A conjectura é uma postura e prática comum ao pensamento científico, em que prova e a retórica são parte da pesquisa e do processo de construção do conhecimento histórico. O método indiciário constrói

seu rigor de forma flexível, superando a “verdade” absoluta dos positivistas e a impossibilidade da “verdade” dos pós-modernos.

A metodologia de pesquisa proposta por Ginzburg nos abriu a possibilidade de uma nova interpretação dos jornais analisados. Sem nos apegarmos aos tradicionais conceitos cristalizados de cientificidade e verdade, permitimo-nos a retórica e a imaginação criativa ao escolhermos determinadas pistas, indícios e matérias que o jornal nos forneceu, e, a partir desses fragmentos, construímos nosso trabalho. Nas palavras de Rodrigues (2005, p. 216) corrobora-se a potencialidade operacional desse método:

O ponto de partida do autor [Ginzburg] é o dilema que se instaura a partir de Galileu, ou seja: ou as ciências humanas assumem um estatuto frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumem um estatuto forte para chegar a resultados de pouca relevância. Para Ginzburg, o paradigma indiciário, ao estabelecer uma estreita relação entre natureza e cultura, localiza-se no primeiro caso: sem ser rigoroso, no sentido galileano, mas fundando-se num rigor flexível, sensível aos sons, sabores e odores, onde rigor, sensibilidade, intuição e técnica se combinam para chegar à verdade provável, que não é nem a verdade dos positivistas, nem a impossibilidade da verdade dos céticos, nem o relativismo pós-moderno. O que então daria aos fenômenos existentes a sua consistência? O indício.

Ao longo deste tópico, deparar-nos-emos com várias citações. Isso foi intencionalmente elaborado, para que sigamos uma narrativa contínua e linear; a fim de que tenhamos ao longo de suas leituras, uma idéia geral do discurso que o jornal produziu. Na condição de pesquisador das ciências humanas e sociais, deixamos primeiro que a fonte “falasse” por meio dos seus vários discursos, para que em seguida, fizéssemos as nossas intervenções.

Queremos enfatizar que o que se colocou aqui foram as pistas (o material) que o jornal nos forneceu em relação à imigração estrangeira, que são o foco desta dissertação. Muitos outros temas foram abordados por *A Província...*, e de suas páginas emergiram vários debates, lutas políticas, denúncias, ou mesmo simples notícias (que, na verdade, não são simples, pois se configuram na propagação de algum discurso).

Percebemos que o jornal deu mais cobertura a temas ligados à política econômica, à administração pública (construção de canais de comunicação para a Província do

Espírito Santo, por exemplo), às reclamações da falta de higiene na capital, Vitória etc., do que propriamente à imigração em si. Tive de percorrer vários jornais, e até mesmo anos de história, a fim de encontrar algum registro que pudesse me ceder alguma pista para a construção de um discurso imigrantista por parte do editor, Moniz Freire.

Um dado importante a que chegamos ao analisar os oito primeiros anos de vida do periódico foi que raros editoriais se dedicaram ao tema da imigração. Essa dificuldade de encontrar tal assunto tornava-se mais intensa, na medida em que os poucos que tratavam do tema, traziam-no diluído no meio de outros assuntos. No entanto, o conjunto de todo esse material, quando o jornal falou por intermédio de outras vozes que não eram a própria diretamente (na publicação de relatórios de governo, notícias de outros jornais etc.), suas publicações como, notícias, editoriais, artigos etc., produziram um discurso, uma visão sobre a imigração do século XIX, que colocamos aqui.

O noticiário de *A Província do Espírito Santo* acerca da imigração, demonstrou que o fenômeno imigrantista foi um dos seus temas de atenção e observação; na sua totalidade, como dissemos, a imigração foi um dos temas importantes tratados pelo jornal, mas não o tema que ditou a sua política editorial. Em cima dessa cobertura jornalística de *A Província...*, às vezes fragmentada e de pouco posicionamento em relação à imigração, fizemos um estudo intensivo e minucioso do material documental, o que nos permitiu o método indiciário; fomos atrás desses indícios e fragmentos que o jornal deixou ao longo dos oito anos de cobertura; e, a partir de um ponto específico da realidade, buscamos exemplificar conceitos gerais – pois a microanálise destaca as particularidades e acentua os detalhes contingentes nos acontecimentos –; os fatos mais insignificantes podem servir para revelar um fenômeno mais geral. Em *A Província...*, percebemos uma dialética ora direcionando a opinião pública para uma visão positiva da imigração, ora relatando os fatos sem cunho persuasivo.

A redação de *A Província...* foi palco de inúmeros debates sobre o Brasil, sobre o mundo e sobre a capital, Vitória, e a imigração estrangeira foi um dos temas que mereceu visibilidade no rol desse fazer jornalístico diário.

Neste item, ocupamo-nos em analisar os principais aspectos que envolveram o imigrantismo e seus temas correlacionados, que emergiram das páginas desse jornal. O tópico está dividido nos seguintes temas: Uma visão geral acerca da imigração; Sociedade Central de Imigração e Sociedade Espírito-Santense de Imigração; A política imigrantista da década de 80 no jornal: o debate em torno da grande lavoura, pequena propriedade e imigração espontânea; Denúncias e defesas: uma cobertura jornalística conflitante; Críticas ao trabalhador capixaba e ao “trabalhador nacional”; Lavoura e escravidão: o debate abolicionista.

4.1 UMA VISÃO GERAL ACERCA DA IMIGRAÇÃO

Nos primeiros editoriais do jornal (no ano de 1882), encontramos algumas críticas feitas aos imigrantes, no entanto elas tinham um caráter mais de chamar a atenção do estrangeiro. Tais advertências procuravam concitar os estrangeiros, para que não pensassem em vir aqueles que não tivessem intenções de trabalhar com ardor e respeito à terra. Falando sobre os imigrantes que se dirigiam para os Estados Unidos da América (EUA) e fazendo uma comparação com os que se dirigiam ao Brasil, uma notícia (em forma de artigo), comentava isto:

E para honra dos americanos, este assoberbante contingente de estrangeiros identifica-se logo com os seus costumes, não concorre para perturbações intestinas, e não vai ao seu País na esperança de dominá-los, bem ao contrário do que se dá conosco, que somos procurados apenas com o ânimo espoliador, que se alimenta na crença que tem de que somos uns botocudos [...] (A PROVÍNCIA..., 15 ago. 1882).

O jornal diz “ânimo espoliador” em relação aos imigrantes que aqui entravam. Ora, os imigrantes que desembarcavam nos EUA eram os mesmos que desembarcavam em qualquer parte do mundo; a esses trabalhadores, interessavam a sua sobrevivência e a sobrevivência dos seus; interessava ter as condições adequadas para o plantio, seja qual fosse, ou para a oportunidade de

trabalho, seja qual fosse; a Europa, em dificuldades várias, os expelia. Buscar um novo caminho de sobrevivência era preciso. Embora seja dirigida ao imigrante, essa fala do jornal está também orientada à nação norte-americana e a seu modo de produção.

Os imigrantes eram os mesmos em qualquer parte, o que os diferenciava eram as condições que se lhes davam, e isso mudava de país para país. Essa advertência ao estrangeiro, ou melhor, a crítica à não-produção, fazia parte do pensamento da época, que atacava qualquer indício do não-progresso, em outras palavras, atacava a indolência. Para um século como foi o XIX, crescer e construir nos mais vastos sentidos ideológicos, políticos, econômicos e materiais era o discurso da época. E não é de se admirar que o contingente europeu que estava entrando no País fosse já de imediato alertado sobre tal propósito. Essa admoestação dirigida ao imigrante, comparando-o com os que entravam na América do Norte, foi a mais contundente que identificamos na leitura da coleção de *A Província...*

Por se tratar de uma iniciativa do governo central, a vinda de maior ou menor número de imigrantes para o Espírito Santo dependia de decisões de fora, do peso político da Província e de sua capacidade de arcar com os custos dessa iniciativa. Procurando demonstrar a importância do auxílio à imigração, o *Jornal do comércio* descreve quem eram os imigrantes e em quais condições eles emigravam da Europa:

É preciso aceitar a imigração qual não pode deixar de ser. A grande maioria dos homens que emigram fazem-no à busca de trabalho por não o encontrarem na pátria suficientemente remunerador; são poucos, são raros aqueles que trazem consigo algum pecúlio de certa importância; e estes mesmos teriam razão para desgostar-se se, após a despesa de transporte marítimo, ainda fossem obrigados a outros gastos antes de poderem colocar-se definitivamente (A PROVÍNCIA..., 26 fev. 1884).

A necessidade de auxiliar o imigrante, como o exprime o comentário acima, com traslado do porto de desembarque à localidade (pequena ou grande propriedade), alimentação, agasalho, dinheiro para cobrir os gastos nos primeiros meses de adaptação, seria a tônica do discurso do jornal. Notas, matérias, artigos, editoriais (embora poucos) trariam a palavra “auxílio” na tentativa de pressionar o governo imperial e os órgãos responsáveis a tomarem uma postura positiva em relação à

imigração. Pela quantidade de pedidos de auxílios solicitados por meio do jornal, nota-se que o cumprimento dessa ajuda era falho e precário por parte do governo central.

Conforme notas informativas que encontramos em *A Província...*, vários projetos de lei eram elaborados, para garantir aos imigrantes os mesmos direitos civis dos nascidos no Brasil, como o direito a eleger os seus representantes pelo voto. Foi comum encontrar também notas informando que imigrantes estavam naturalizando-se. Muitas notas simples informavam o número e a procedência dos imigrantes que entravam na Província do Espírito Santo. Ficamos sabendo que uma família composta de 15 franceses se encontrava na Província depois de ter emigrado espontaneamente de seu País; eles solicitaram ferramentas e outros auxílios para poderem se manter nos primeiros períodos. A matéria sob o título “Auxílio à imigrantes”, comunicava isto:

O ministro da agricultura comunicou à presidência ter solicitado da fazenda, ordens para que na tesouraria de fazenda desta Província seja posto à disposição do inspetor geral das terras e colonização, o credito de 2:000\$000 para ocorrer as despesas, durante o atual exercício, com o transporte, alimentação e agasalho dos imigrantes que desembarcarem sem recurso nos portos desta Província (*A PROVÍNCIA...*, 28 fev. 1884).

“No Maria-Pia vieram com destino a esta capital 11 imigrantes de nacionalidade italiana e alemã” (*A PROVÍNCIA...*, 28 jan. 1885).

Encontramos também uma nota participando a pretensão de duas mil famílias russas se estabelecerem numa das Províncias do Brasil: “Dá-se como certa a imigração para o Brasil de duas mil famílias russas, representando nove mil indivíduos, na maior parte agricultores, que pretendem se estabelecer nas Províncias que mais bem lhes convierem” (*A PROVÍNCIA...*, 11 jun. 1886).

Esses tipos de notas de natureza estatístico-quantitativa encontramos em grande número no jornal; mas, como se vê, sem nenhuma opinião ou algum discurso mais expressivo. Na edição de *A Província...* (1885, 1º jul.) era publicado o seguinte anúncio: “Felisola & Irmão remetem dinheiro para qualquer cidade ou vila da Itália e Tyrol, por intermédio da casa Fiorita & Tavolara, mediante pequena comissão”.

Sob o título “Imigração portuguesa” (A PROVÍNCIA..., 21 jul. 1885), uma nota comunicava que entre 1871 e 1881, 133.300 portugueses emigraram do seu País e outra divulgava as últimas estatísticas publicadas pelo governo italiano referentes à população daquele País espalhada pela América (Quadro 1):

Argentina	200.000
Estados Unidos	170.000
Brasil	82.000
República Oriental	40.000
Peru	10.040
México	6.000
Venezuela	3.267
Chile	3.000
Paraguai	3.000
Outras repúblicas	6.712

Quadro 1 - População de italianos espalhada pela América.
Fonte: A Província do Espírito Santo (1885).

Cartilhas e encartes contendo informações sobre o Brasil se difundiam no exterior. Eram guias informativos sobre o Brasil que buscavam apresentar o País lá fora, e, com isso, atrair mão-de-obra, sobretudo, européia. Isso é o que nos mostra a nota com o título “Guia do emigrante para o Brasil”:

O sr. José Coelho Gomes, secretário interino da legação imperial em Washington, acaba de publicar um folheto de baixo do título: *Commercial and emigrational guide to Brazil*, no qual coligiu numerosas informações acerca do nosso País que muito úteis poderão ser não somente aos que desejarem emigrar para o Brasil, mas a todos os estrangeiros que desejarem conhecer o império por dados fidedignos (A PROVÍNCIA..., 23 fev. 1886).

Esperava-se da Itália o navio *Duca di Galiera*, trazendo cerca de mil imigrantes com destino a diversos municípios da Província do Espírito Santo, informa-nos uma notícia de *A Província...* (1888, 27 de jul.). Procurando alojar esses estrangeiros, a Inspetoria de Terras e Colonização alugou um armazém localizado na rua Primeiro de março, na capital. Contra essa medida, dizia a notícia que o local não ofereceria nenhuma estrutura para abrigar esse número de pessoas.

Foram muitas as edições em que encontramos apenas pequenas notas informativas sobre a imigração, sem analisar ou emitir opinião. Passamos por vários números sem que houvesse algo de significativo sobre o processo

imigratório, como um artigo que emitisse uma opinião mais contundente ou um editorial mais expressivo ou, até mesmo, uma carta de algum imigrante, relatando algo sobre a sua condição. Notamos também que um dos documentos que continham opiniões mais explícitas sobre a imigração que ocorria no País saiu dos relatórios do governo central, da Sociedade Central de Imigração e da Sociedade Espírito-Santense de Imigração, entre outros órgãos oficiais.

Não foram apenas agricultores italianos que vieram para o Espírito Santo, mas todos os tipos de trabalhadores. Em Vitória, por exemplo, localizavam-se em maior quantidade os profissionais autônomos e comerciantes. Os anúncios mais freqüentes que encontramos no jornal foram de trabalhadores italianos, oferecendo serviços, em sua maior parte, de sapataria. Na edição de *A Província...* (1882, 4 ago.), dois italianos anunciavam seus serviços: Carlos Roza se ofertava como o tipo que: “Trabalha em todos os gêneros de calçado para homens e mulheres e garante ao público a modicidade de preços e excelência de suas horas. Especialidade de calçado com solas de aço. Recebe já encomendas”, Biagio Dalascio divulgava seus serviços como um profissional que: “Galvaniza objetos de ouro, prata, e qualquer outro metal. Conserta também jóias e mais objetos de metal. Grande perfeição de trabalhos e preços módicos”.

Deparamos-nos com muitas notícias sobre a ida de imigrantes para os Estados Unidos. A maneira como o jornal noticiava a imigração para a nação norte-americana, dizendo-se pasmo com as estatísticas de entrada desses estrangeiros naquele País, mostra a força que tinha aquela nação de promover esse processo em massa.

Um artigo da *A Província...* (1882, 15 ago.) informava que em 1881 desembarcaram pelo porto de Nova Iorque 432.635 imigrantes; as cinco nacionalidades que mais entraram ali nesse ano, segundo dados de um jornal de Nova Iorque, foram: Alemanha (118.255), Irlanda (62.408), Inglaterra (36.552), Suécia (35.335), Noruega (13.895) e Itália, com 13.209 imigrantes. Contava o referido artigo que, de dez em dez anos, os Estados Unidos recebiam uma população estrangeira tão grande quanto a população do Brasil.

A nação norte-americana, lê-se num editorial: “[...] é um prolongamento da grande civilização europeia [...]”. Mas nós, os brasileiros,

[...] descendemos de um povo que cedo perdeu sua influência marítima e colonial, nossa língua é pouco conhecida, e sobre todas as outras inconveniências, arrostamos com a concorrência da generosa pátria de Washington [...]. Contávamos [...] açular a emigração espontânea, a modo do que se dá nos Estados Unidos, diariamente procurados por centenas de estrangeiros; *mas não cogitamos da diferença que vai entre um e outro País* [...] (A PROVÍNCIA..., 3 set. 1882).

Sob o título “A riqueza dos Estados-Unidos” o jornal trouxe a seguinte notícia

O aumento da fortuna nacional nos Estados Unidos desde 1850 bastaria, segundo o cálculo de um economista inglês, para comprar a Alemanha com todas as suas cidades, vilas, castelos, bancos, fábricas etc., sendo a acumulação anual de 825;000,000 dólares a riqueza pública nos Estados Unidos, que aumenta cada dez anos mais o valor total da Espanha e da Itália. De modo que, segundo esses cálculos, cada dia o capital da grande república aumenta 2,3000,000 dólares! [...] (A PROVÍNCIA..., 5 nov. 1882).

Um artigo muito interessante, escrito por um morador da Vila do Cachoeiro de Santa Leopoldina, provavelmente um fazendeiro, que assinou com o nome de Sefy, rebate um outro artigo publicado pelo jornal alemão *Die Post*, de Berlim (de 9 de junho de 1884), que fazia críticas à imigração que o governo brasileiro realizava. O texto de Sefy possui matizes ideológicas que trazem abordagens positivas da imigração realizada no Brasil, declarando que os contratos de parcerias firmados entre fazendeiro e imigrante eram “vantajosos ao imigrante”, acusando o jornal alemão de ser “despeitado e parcial” e dizendo que “é bem conhecido o nosso fraternal acolhimento aos imigrantes”. Acompanhem as respostas do articulista e a riqueza de seus argumentos, que nos mostram a política de imigração que se almejava no País:

Não é a abolição nem a grande mortalidade dos negros que aumentam a falta de trabalhadores baratos, temos em quantidade; uma lei de locação de serviço é que não temos, e daí a falta que temos de trabalhadores. [...] Se o projeto de imigração chinesa não chegou à realização e procuramos por isso ganhar trabalhadores alemães, é sem esforço que encontramos essa negação, tanto mais que os alemães ligados pelos laços de família, e atraídos pela propiedade de nosso clima e fraternal acolhimento que nós lhe dispensamos, fazem-se preferidos e procuram ser outros tantos lavradores, obtendo desta arte meios de vida que em sua pátria seriam deles privados. Nós não procuramos um tráfico de europeus, por que de certo seríamos mal sucedidos, procuramos trabalhadores inteligentes, fazemos com eles contrato de parceria com proveitos recíprocos e talvez mais vantajosos ao imigrante do que a nós. O escritor do artigo do *Die Post* (O Correio) ignora completamente o quanto nosso clima é favorável

aos imigrantes, mormente nas Províncias do Sul do Brasil: conhecesse outro sim o que em 1872, na exposição de Viena da Áustria, demonstrou-se acerca de nossas colônias, seria mais cauteloso no seu artigo. Não queremos os imigrantes com o fim de maltratá-los nem com eles substituímos nossos escravos, procuramos associarmos a homens que nos ofereçam mais garantia do que os ex-escravos, a um operário ou trabalhador mais inteligente; em troca do que os afastamos da posição arquidifícil e falta de meios de que se ressentem e vivem na Europa, devido à grande quantidade de máquinas que ali substituí o assalariado. [...] Não visamos importar alemães ou outro qualquer europeu, como mercadorias, porque seria para nós tão pernicioso como foi a importação de africanos. Nos Estados Unidos quando a abolição do escravo chegou a seu termo, o governo procurou animar a lavoura, facilitando a imigração. Nós o seguimos. É livre de comentários que o artigo do *Die Post* (O Correio) é despeitado e parcial, porquanto, é bem conhecido o nosso fraternal acolhimento aos imigrantes. Nenhum fato em nosso desabono serviu de base para semelhante artigo. Algumas colônias particulares se têm fundado no Brasil, logo, porém, que elas vão mal sucedidas, o governo vem em seu auxílio. O bom resultado que os imigrantes, mormente alemães, têm obtido no Brasil, o modo honesto e respeitador por que sempre procuram portar sua vida, nos aconselham a procurá-los, porém, o mesmo faremos aos súditos de qualquer nação que quiserem imigrar para o nosso vasto império; e, neste sentido, o exm. sr. dr. presidente da Província acaba de convocar uma reunião de lavradores e comerciantes, com o fim de auxiliar e facilitar a imigração. Residimos em uma das principais colônias do império, <<a de Santa Leopoldina>> onde cerca de dez mil colonos alemães vivem na abundância e acercados de regulares haveres. Ora, em vista do artigo do *Die Post* (O Correio) que temos sobre a mesa, e dá provas em contrário que temos, nos fez chegar à lógica conclusão que o escrito daquele artigo foi tão fácil qual uma andorinha, que em um vôo vertiginoso não procurou a estação de ar que devia ferir; seria entretanto mais aceitável, que tivesse solicitado de sua exas. os srs. ministro plenipotenciário e cônsul geral do império da Alemanha, que deixassem por alguns momentos os seus palácios dourados e, viessem sindicarem do bom ou mal estado em que se acham colocados nas colônias desta Província os seus compatriotas, que de certo, seria bastante para nossa glória e orgulho à sua nação. Podíamos voltar ao silêncio e despertar o artigo que nos traz a imprensa, mas não o fazemos porque não somos autômatos, defendemos nossos direitos e devolvemos intacto o que nos querem emprestar. Julgamos ter, com isso, cumprido com o nosso dever, marchando com verdade em frente, e não com inverdades, a fim de inspirar na cabeça dos incautos o facho da discórdia (A PROVÍNCIA..., 29 out. 1884).

O conjunto do material que o jornal nos forneceu, tal como o artigo acima citado, e outros que encontramos semelhantes a esse, nos permitiu constatar que *A Província...* tomou a causa dos proprietários de terra. O jornal estava afinado com o discurso da classe de que fazia parte. Observamos que a visão que o jornal teve sobre o fenômeno imigrantista foi a da ótica dos grandes proprietários. O imigrante foi lembrado, os dissabores pelos quais esses trabalhadores passaram na nova terra foram colocados no jornal, mas o regime discursivo majoritário do texto afinou-se na clave de um discurso de extração elitista. Constata-se que foi um

elitismo, em certo sentido, sem muitas amarras, pois, quando precisou, o jornal não poupou críticas ao governo central e às elites capixabas. Ficamos impressionado ao constatar o fato de o jornal ter noticiado as penúrias por que passaram os imigrantes, e ter rechaçado de forma veemente (com suas próprias palavras ou dando espaço para colaboradores) as notícias (em geral, da imprensa estrangeira) que traziam abordagens negativas sobre a imigração realizada no Brasil.

Fizemo-nos a seguinte pergunta: a quem o jornal serviu? A reflexão nos conduziu à constatação de que o periódico serviu aos seus próprios interesses, e àquilo que considerava correto ser levado adiante, mas sob fortes influências do meio de que fazia parte: a classe dominante. O discurso foi visionário, mas elitista; houve manifestações calorosas e ataques a governos e elites, mas sem que houvesse um rompimento. Quando o imigrante falava no jornal, em geral o fazia por meio do discurso de proprietários rurais, de chefes de polícia, interpretes e/ou órgãos tutelares. O jornal não foi a voz dos imigrantes, por assim dizer. Para que pudéssemos conhecer a história um pouco mais fidedigna da voz registrada em códigos gráficos desses trabalhadores, teríamos de ter tido acesso a algum jornal voltado exclusivamente para imigrantes, a cartas escritas pelo próprio punho de cada imigrante, enfim, para que, então, pudéssemos confrontar as realidades e os discursos das fontes, o que não constitui nosso objetivo aqui.

Mas, segundo informou a revista *Il Brazile* (apud *A PROVÍNCIA...*, 27 out. 1887), a Itália pretendia formar uma sociedade de colonização no Espírito Santo, com o propósito de introduzir cem mil imigrantes na Província.

A Sociedade Italiana de Colonização assumiria o compromisso de pagar o transporte do imigrante para o Brasil e o seu sustento até a primeira colheita. Ser-lhe-ia dado um lote que poderia ser pago em prestações anuais:

Consta que foi apresentado ao governo imperial, por pessoa competente e que faz parte das comissões especiais na Itália, um requerimento para obter a concessão de construir uma Sociedade Italiana de Colonização, com o capital necessário, a fim de fundar-se na fértil e salubre Província do Espírito Santo 20 núcleos coloniais de 1.000 lotes de 25ha cada um – o que importa, calculando-se a média de cinco pessoas por família, que cada núcleo terá 5.000 e todas as colônias 1000.000 indivíduos [...] (*A Província...*, 27 out. 1887).

Os debates e as sessões da Assembléia Legislativa eram por excelência a vitrine por onde a população capixaba podia acompanhar as discussões mais importantes que envolviam os rumos políticos da Província do Espírito Santo. Por meio de contrato assinado com o jornal, a Assembléia fazia a publicação dos seus atos. Pelas sessões legislativas, a população podia acompanhar as ações dos seus representantes. Pela leitura de uma dessas sessões, percebemos a contundente atuação de Moniz Freire nos debates em que participou.

Em sessão da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, de 8 de agosto de 1888, foi apresentado pelo deputado Antero Coutinho um projeto para a construção de uma hospedaria de imigrantes em Vitória, ao custo de 25:000\$. O deputado Moniz Freire, nessa mesma sessão, apresentou um outro projeto, autorizando o governo do Espírito Santo a contrair empréstimo do depósito das loterias da Província na importância de oitenta contos, a fim de que se construísse uma hospedaria para os imigrantes e alojamentos nos núcleos coloniais. Sobre sua proposta, Moniz lançou os seguintes comentários na Assembléia, que nos dão uma idéia de como era sua atuação em defesa da imigração:

Bem se vê, pois que não procurei em todas as questões senão o lado da mais fácil exequibilidade. As proporções do projeto são muito modestas; se não parecem tais, é porque o meio para que legislo é acanhado. A execução do meu plano só depende de patriotismo e de um pouco de força de vontade. Ou queremos a coisa seriamente, e vamos tratar da imigração como ela deve ser feita, ou então, se não confiamos da eficácia dos nossos esforços, se não nos julgamos capazes de nenhum empreendimento, o melhor é abandonarmo-nos de vez a essa vida raquítica que temos levado [...] (ESPÍRITO SANTO (Estado). ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. In: A Província..., 1º set. 1888).

Das leituras que fizemos de algumas das sessões do legislativo capixaba, testemunhamos um Moniz Freire atuante e combativo; em relação à imigração, sua defesa era visível. Moniz buscava persuadir a Assembléia a votar os projetos que beneficiavam a imigração para a Província.

Um artigo publicado sob o título “Imigração Italiana”, conclui este subtópico, demonstrando a grande capacidade de adaptação dos italianos em relação a outros imigrantes das demais nacionalidades.

Somos apologistas da imigração italiana e fazemos ardentes votos para que essa imigração aumente e prospere no nosso País. Por sua índole, seu caráter etnográfico, sua adaptação ao nosso clima e costumes, sua iniciativa e instinto artístico, seu conhecimento especial de certos ramos da cultura que hão de ser no futuro as alavancas do nosso poder agrícola – tais como a da vinha e a da sericultura, a imigração italiana é a que oferece melhores condições para a sua assimilação no elemento nacional, tornando-se este no futuro homogêneo como convém que o seja. Ao observador, ainda o mais superficial, não terá certamente escapado o fato particularíssimo de ter sido a imigração italiana, dentre todas as outras recebidas no Brasil, a que mais rápida e eficazmente tem concorrido para a evolução social da nossa época, cabendo-lhe mesmo no campo das indústrias urbanas a honra de ter cooperado de modo bastante sensível para muitos dos progressos realizados nestes dois últimos decênios [...] (A PROVÍNCIA..., 17 fev. 1888).

4.2 SOCIEDADE CENTRAL DE IMIGRAÇÃO E SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO

Os órgãos tutelares da imigração como a Sociedade Central de Imigração e Sociedade Espírito-Santense de Imigração tiveram amplo destaque no jornal, com a publicação de seus relatórios e avisos.

Várias políticas de atração de imigrante foram tentadas no século XIX. Em meados de 1850, destacaram-se as colônias de parcerias;³ a partir de 1880, a imigração em massa. No entanto, outro regime de imigração também envolveu o governo imperial e, principalmente, os membros da elite agrária e imigrantes: a imigração espontânea – uma prática que se tornaria muito comum no século XIX.

³ Desde 1840 buscava-se no Brasil uma solução alternativa à mão-de-obra escrava. O pioneiro nesse sentido foi Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que, em sua fazenda de Ibicaba, no município paulista de Limeira, adotou uma solução que se denominou colônia de parceria. Mantidos em colônias particulares, esses imigrantes assinavam contratos de trabalho com os cafeicultores para serem empregados principalmente na colheita do café, os termos dos contratos se pautavam no período necessário (em média cinco anos) para que os colonos pudessem saldar essas dívidas e aquelas provenientes dos adiantamentos que recebiam para se manterem no primeiro ano na colônia. Os resultados práticos não foram animadores e a experiência fracassou. As frustrações dos colonos foram enormes, pois a dívida contraída pelo preço da passagem, paga pelo fazendeiro, mais o juro de 6% ao ano, além das despesas de alimentação financiadas pelo fazendeiro, nunca podia ser saldada. Vergueiro havia implantado o antiquíssimo sistema da escravidão por dívidas. Diante de problemas insuperáveis e sentindo-se enganados, os colonos se revoltaram em Ibicaba, em 1857. Essa revolta repercutiu na Europa e levou alguns governos a proibir a imigração para o Brasil.

Os principais apologistas da imigração espontânea eram as elites agrárias. Para promovê-la, foi fundada em 17 de fevereiro de 1881 a Sociedade Central de Imigração, formada por uma aristocracia abolicionista que pretendia, com a introdução do imigrante, preparar o caminho para a transição do trabalho livre. Entre os fundadores dessa Sociedade destacou-se Alfredo Maria Adriano d'Escragnoille Taunay, o Visconde de Taunay. A política de imigração defendida por Taunay e seus correligionários era a colocação do imigrante na pequena propriedade agrícola, e os motivos disso eram claros: o povoamento dos núcleos coloniais seria uma forma de atrair a força de trabalho estrangeira, e, a partir disso, preparar a substituição da mão-de-obra escrava pelo braço do trabalhador europeu. A Sociedade Central de Imigração (*A PROVÍNCIA...*, 4 mar. 1884) discutia essas questões nestes termos:

Não há de negar: o problema mais sério [...] é o da transformação do trabalho agrícola. A mão-de-obra escrava está condenada, o seu desaparecimento é fatal, questão de tempo apenas; tem de ceder o passo a outra melhor e mais barata. A substituição, a transição deve, porém, operar-se sem abalos gerais, sem estremecimento do crédito do País no estrangeiro [...] hoje tão estreitamente ligado ao braço escravo. [...] Em questão de imigração, bem o sabem [...], o melhor meio de cuidar do futuro da causa é desvelar-se pela dos que, já fixados no País, fecundaram-lhe o solo com seu trabalho. A propaganda a mais ativa e eficaz para atrair novas levas de gente é feita por eles [...].

Mais elucidativa são as palavras do então ministro da agricultura, Lourenço Cavalcanti de Albuquerque que, numa carta oficial dirigida ao presidente da Província de Minas Gerais, Visconde de Ibituruna, mostra os planos do governo imperial na política de imigração. A carta foi publicada pelo jornal *A Província...* à qual o jornal subtitulou com “Um documento importante”. Pela riqueza das intenções, vale a pena lermos alguns excertos deste documento:

[...] Visconde de Ibituruna. Ontem, à noite, em conferência, disse-me o sr. Visconde de Ouro-Preto que v.ex. deseja saber se eu tinha algum plano de colonização. [...] Meu plano, sr. Visconde, é o mais simples possível [...] Povoar nosso imenso território é o melhor e mais eficaz meio de promover o aumento da riqueza pública, assentado-a em base sólida. Sendo lento o crescimento natural da população, porque pequeno é o saldo dos nascimentos sobre os óbitos, forçoso é recorrermos à imigração. Por este modo, lograremos não só povoar nossas terras, senão também melhorar nossa raça, transfundido-lhe sangue novo. É o que tem feito outros países em circunstâncias análogas, e devemos imitar-lhes o exemplo. [...] O conselheiro Antônio Prado, reconhecida a iminência da emancipação dos escravos, teve a coragem (e foi este o seu grande e talvez único mérito)

de proclamar a necessidade da imigração e promovê-la. Substituir logo e logo os braços servis; tal era o problema de que ele se preocupou, e ao qual, não há negá-lo, prestou bons serviços. Mas assim como sem imigrantes e colonização é impossível, também sem esta será aquela um fato passageiro [...] Um bom processo de colonização é indispensável para que se estabeleça e mantenha grande e contínua corrente imigratória. Para tal, cumpre, pois, que os poderes gerais e provinciais voltem toda a sua atenção. Colonizar é oferecer ao imigrante, que busca nosso País, nova pátria a que o prendam vínculos fortes, tais como o direito de propriedade do solo, e a esperança bem fundada de alcançar para si e a família, mediante trabalho e hábitos de economia, os recursos necessários para viver com independência e sentir-se relativamente feliz [...] (BRASIL, 1889).

Entre os itens do programa da Sociedade Central, era prevista a utilização da imprensa para promover a propaganda do Brasil no exterior, com o objetivo de atrair a imigração, sobretudo a européia. Para isso, era preciso demonstrar aos trabalhadores as vantagens que eles poderiam encontrar nas colônias do império; as ações propostas nos artigos 1º e 13º desse programa propugnavam isto:

1º - Discutir pela imprensa do País as causas contrárias a um movimento franco, duradouro e abundante, de imigração européia, apontando ao mesmo tempo e propondo os meios de remover os obstáculos que o impedem ou, quando menos, o entorpecem.

[...]

13º - Nomear comissões de pessoas letivas e bem colocadas na sociedade européia, quer brasileiras, quer estrangeiras, que, por desejos de servir o Brasil, se prestem a dar informações amplas e de caráter positivo acerca do País e na imprensa responda logo às acusações que lhe forem feitas, contestando sem demora e com energia as notícias infundadas que se espalharem a nosso respeito [...] (MANIFESTO..., 1883).

Sobre a imigração espontânea o artigo 14 se expressava nestes termos: “[...] Submeter á consideração dos poderes públicos um sistema de medidas e bem travadas tendentes a provocar a atrair a imigração espontânea, o qual possa perseverar e servir por um certo números de anos [...]” (MANIFESTO..., 1883).

O sucesso da empreitada da Sociedade dependeria da colaboração dos órgãos de imprensa do País e do exterior. Nesse sentido, os veículos de comunicação funcionariam como catalisadores de suas ações. Sobre a importância da imprensa, Visconde de Taunay, ainda no manifesto de fundação da Sociedade, da qual foi relator, comenta: “[...] apelamos com toda a insistência, para o imenso socorro, que a imprensa pôde prestar-nos, já assinalando aquilo que formos conseguindo e

difundindo-nos força e coragem para maiores conquistas [...]” (MANIFESTO..., 1883).

O surgimento da Sociedade Central de Imigração provocou agitação na imprensa de todo o País. Suas políticas de imigração foram apoiadas por jornais abolicionistas, tais como *Gazeta de notícias* e *Gazeta da tarde*, ambos do Rio de Janeiro. No exterior, surgiam órgãos de imprensa, como boletins e revistas, especializados em notícias sobre imigração.

A Sociedade Espírito-Santense de Imigração também não se retraía ao criticar a falta de auxílio do governo central e provincial em relação às lidas com o processo imigrantista. Pinto Pacca num relatório da Sociedade Espírito-Santense de Imigração (1887, 30 ago.) diz: “[...] doloroso é para mim o fato de anunciar-vos nesta Província mais um combate perdido [...] contra o surdo e mudo indiferentismo [...]” .

Para promover a imigração para a Província, diz o documento mais adiante: “[...] seria preciso á Sociedade Espírito-Santense de Imigração todo o esforço, todo o patriotismo, todo apoio dos poderes provinciais, o que não lhe tem sido possível conseguir [...]” (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 30 ago. 1887).

Essa Sociedade capixaba foi fundada em 16 de julho de 1886, por iniciativa de Pinto Pacca.⁴ Conforme diz o relatório de 28 de agosto de 1887, a Sociedade contava com 135 sócios, sendo que 118 eram os fundadores. Dos sócios inscritos, apenas 66 pagaram a anuidade, isso dificultava a arrecadação de recursos para serem aplicados na imigração, conforme o exprime o relatório: “[...] raros imigrantes estabelecidos nas colônias são sócios e bem poucos têm conhecimento da

⁴ O engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Pacca, trabalhou no serviço de imigração por mais de 25 anos; foi nomeado diretor da Colônia de Rio Novo em 1871, permanecendo no cargo até sua emancipação em 1880, e foi durante sua gestão que o estabelecimento tomou novo impulso; foi o responsável pela construção de um canal artificial que ligava a colônia de Rio Nova a Itapemirim, que recebeu seu sobrenome, ‘Canal do Pinto’. Pinto Pacca foi também o fundador da Sociedade Espírito-Santense de Imigração, em 16 de julho de 1886; foi também inspetor da Inspeção Especial de Terras Públicas e Colonização.

existência da sociedade [...]” (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 30 ago. 1887).

Os redatores Cleto Nunes, de *A Província...*, e Bazílio Carvalho Daemon, de *O Espírito-Santense*, eram membros da tal Sociedade; comentando a atuação dos dois, Pinto Pacca, agradeceu-lhes, “[...] pela generosidade das colunas dos citados órgãos de publicidade da imprensa desta capital e pela prontidão e zelo com que se entregam aos assuntos dos cuidados da sociedade [...]” (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 30 ago. 1887).

4.3 A POLÍTICA IMIGRANTISTA DA DÉCADA DE 80 NO JORNAL: O DEBATE EM TORNO DA GRANDE LAVOURA, PEQUENA PROPRIEDADE E IMIGRAÇÃO ESPONTÂNEA

Castiglioni (2003, p. 1-17) resume a política imigrantista praticada pelo governo imperial na década de 80 e sua conjuntura no Espírito Santo durante essa mesma década, constatando que em quase toda a década de oitenta houve um decréscimo significativo das entradas de imigrantes no Espírito Santo, e somente nos últimos anos registrou-se a reversão dessa tendência. Sob a pressão dos grandes empreendimentos agrícolas, que enfrentavam os problemas de carência de mão-de-obra decorrentes das medidas abolicionistas, as políticas governamentais optaram por medidas que visavam a direcionar os fluxos para as grandes fazendas.

Os contratos realizados pelo governo federal beneficiavam, em especial, São Paulo, sendo poucos os fluxos direcionados ao Espírito Santo. Nos anos finais dessa década, a escassez de mão-de-obra, reconhecida como o principal empecilho para o desenvolvimento econômico, vinha provocando pressões dos grandes proprietários locais, sendo essa situação agravada pela abolição da escravatura. Pressionado pela grande propriedade, que até então convivera pacificamente com a política dos núcleos coloniais no Espírito Santo, o governo imperial tomou medidas, no final do decênio, para auxiliar a adequação do trabalho das grandes propriedades à nova ordem econômica, criando núcleos próximos às regiões de grandes lavouras no Sul do Estado e oferecendo incentivos para o

estabelecimento dos imigrantes nessas áreas, com o objetivo de prover mão-de-obra para a lavoura do café.⁵ Em consequência das medidas tomadas em 1888, registrou-se um acréscimo das entradas nos dois anos finais⁶ dessa década (CASTIGLIONI, 2003, p. 1-17).

Os desdobramentos dessa mudança da política imigrantista do governo imperial, em fins da década de 70, como vimos acima, passou a beneficiar, a partir de então, as grandes lavouras. Um sinal disso, segundo Gilda Rocha, foi à promulgação do Decreto nº 7.570, de 20 de dezembro de 1879, que suspendeu provisoriamente o decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, que tratava dos favores e auxílios a serem prestados aos imigrantes. Ao decreto de 1879 seguiu-se uma série de medidas que concorreram ainda mais para, praticamente, inviabilizar a vinda de imigrantes para os núcleos coloniais. Dentro desse espírito, inseriram-se os Avisos de 21 de janeiro e de 7 de abril de 1880, ambos do Ministério da Agricultura, comunicando que nenhum compromisso seria assumido a partir de então pelo governo imperial em relação aos imigrantes que chegassem aos seus portos. Daí por diante, os núcleos coloniais ficariam praticamente abandonados em virtude das sucessivas medidas adotadas (ROCHA, 2000, p. 28-30).

Na interpretação de Rocha (2000, p. 100), a imigração no Espírito Santo encontrou sérias dificuldades no período compreendido entre 1882 e 1887, que a autora estabelece como a 2ª fase da imigração. Um desses entraves deveu-se à circular de 23 de dezembro de 1886 expedida pelo ministro da agricultura, Antônio da Silva Prado, estipulando que o pagamento da passagem integral do imigrante só seria efetuado depois que ele estivesse estabelecido, o que equivalia a dizer que o interessado na aquisição de trabalhadores livres estrangeiros deveria adiantar a quantia a ser despendida na operação. Essas disposições não beneficiavam os proprietários menos dotados de recurso, como era o caso dos que se estabeleceram no Espírito Santo. As dificuldades de o governo imperial

⁵ Segundo Rocha (2000, p. 24), a política de instalação de núcleos coloniais era vista por seus partidários como viveiros que, no futuro, fossem capazes de fornecer os trabalhadores livres necessários à grande lavoura. Acrescenta a autora que, a criação de núcleos oficiais de pequenos proprietários era vista pelas autoridades brasileiras como um meio de promover a imigração em larga escala visando a transição da mão-de-obra cativa para o trabalho livre.

subvencionar a imigração chegavam ao público por meio de avisos em que o jornal, por sua vez, informava em suas notícias. Se, de um lado, o governo direcionava a imigração para as grandes fazendas de café, de outro, os favores que deveriam ser prestados a essa política não aconteciam. Os fazendeiros paulistas não se contentavam com as frases que eram ditas nos discursos ou nos relatórios. Eles precisavam de mão-de-obra para substituir os escravos, mas, como o Estado não desempenhava seu papel adequadamente, eles próprios iriam buscar essa força de trabalho fora, sobretudo, na Itália. A edição de *A Província...* (1885, 26 de maio), confirmava a situação do governo imperial, ao informar que:

O Ministério da Agricultura, em aviso datado de 15 do corrente mês, autorizou a presidência desta Província a sustar a remessa de pedido de passagens para imigrantes até nova ordem, e a tomar as necessárias providências para que dessa medida tenham imediato conhecimento os imigrantes estabelecidos na Província. Semelhante resolução de caráter provisório foi adotada por achar-se esgotada a verba – terras públicas e colonização – do corrente exercício, e não comportarem aumento de despesas as atuais condições financeiras do País.

Para que se reabilitassem essas medidas, como a transcrita acima, convocaram-se motivos de ordem financeira, mas a partir da segunda metade da década de 80, vultosas somas passariam a se despendem, não mais para conceder auxílio pecuniário à vinda e à instalação de imigrantes pequenos proprietários, mas, sim, para socorrer a crescente necessidade de braços com que passou a se defrontar a grande lavoura (ROCHA, 2000, p. 30). O jornal *A Província...* publicou um ofício do ministro da agricultura, Antônio da Silva Prado, dirigido ao inspetor de terras públicas e colonização, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, que comunicava a suspensão dos serviços de medição de terras no Espírito Santo; o jornal não informava que ofício era este:

Convindo reorganizar o serviço da medição de terras de maneira que com toda a possível economia se obtenha pronta colocação dos imigrantes em lotes medidos e demarcados [...] deliberei dissolver as comissões que em tal serviço se empregavam na Província do Espírito Santo, e cujos trabalhos, não sistematizados com aquele intuito, não tem correspondido ao sacrifício [...] (A PROVÍNCIA..., 19 nov. 1885).

Como pudemos perceber por meio dos documentos oficiais do governo central publicados em *A Província...*, a tônica do discurso era a falta de verba para arcar

com os custos da imigração. A partir disso, o governo proporia um tipo de imigração menos onerosa aos cofres públicos: a espontânea. É nessa fase também que surgiram os órgãos tutelares da imigração, procurando fazer aquilo que o governo se dizia impossibilitado de executar. Esse foi o discurso que marcou os primeiros anos da década de 80 por meio do jornal *A Província...*, que estava sempre apontando falhas e denunciando abusos.

A imigração espontânea atendia dois propósitos: o europeu vinha para o Brasil estabelecer-se como pequeno proprietário (colono) e também era levado para as grandes propriedades agrícolas, onde trabalharia até conseguir capital suficiente para comprar a sua propriedade; o governo imperial se comprometia a auxiliar a vinda dos imigrantes, efetuando o pagamento da passagem da Europa para o Brasil. No entanto, circulares e ofícios do governo imperial que encontramos publicados no periódico dão conta de que o governo central não dispunha de capital suficiente para custear o traslado desses emigrantes. Várias matérias que encontramos no jornal reclamavam que a imigração não poderia ficar ao abandono, sem os auxílios prescritos, principalmente referentes ao pagamento da passagem da Europa para o Brasil.

No início da década de 80, as circulares do governo central começaram a defender que o imigrante viesse por conta própria, e assim cortaram-se verbas absolutamente indispensáveis, como, por exemplo, a que era aplicada na recepção desses estrangeiros. Os ofícios do Ministério da Agricultura que encontramos publicados em *A Província...* revelam que a política imigrantista do governo imperial via na imigração espontânea de trabalhadores europeus uma alternativa viável para abastecer de braços as grandes fazendas e os núcleos coloniais. É sobre esse tipo de imigração que o então ministro da agricultura, Antônio Carneiro da Rocha (à frente da Pasta nos anos de 1884/1885), demonstrou todo o incentivo que o governo imperial colocava a serviço da imigração espontânea, pois uma das razões de ser, conforme mostra o documento, era a incapacidade de o governo sustentar financeiramente uma imigração em massa. Nessa circular do ministro da agricultura, que foi dirigida a todos os presidentes de Província do País, declarava-se total empenho em promover a imigração espontânea para o Império. Em função

disso, convocavam-se todos “neste intuito patriótico”, solicitando os presidentes de Província que reunissem lavradores e membros de classe comercial a “auxiliarem o governo”. O documento era dirigido não apenas a todos os presidentes de Província do País, mas, também, a diplomatas e cônsules no exterior. Ei-lo: “[...] Sabe-se v.ex. que um dos meios de atrair a imigração espontânea que é de que principalmente precisamos, será a certeza que tiver o imigrante de encontrar hospedagem aonde chegar, e terras para principiar a cultura” (BRASIL, 1884).

Sobre a circular de 23 de dezembro de 1886, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, num relatório da Sociedade Espírito-Santense de Imigração (publicado em *A Província...*, na edição de 30 de agosto de 1887) argumenta que embora ela contribuisse no sentido de substituir o trabalho escravo na grande lavoura, ainda não tinha provocado os resultados condizentes com as reais necessidades da Província. Esse relatório revela também que a Assembléia Provincial do Espírito Santo não estava colaborando com a política imigrantista. Esse documento corrobora que a Sociedade propôs à Assembléia um aumento de 3 réis sobre o imposto de cada quilo de café exportado (as receitas desse imposto seriam aplicadas no fomento da imigração, no pagamento de passagem ao imigrante, em sua estada e em outros auxílios), mas a Assembléia não atendeu a solicitação.

Um outro pedido foi negado pela Assembléia, diz o documento, referente a uma solicitação da Inspeção Especial de Terras e Colonização para pagamento de passagem e hospedagem para imigrantes; o valor solicitado era de 40 contos. Encontramos vários discursos de deputados capixabas no jornal, mostrando que a Assembléia era pobre. Diante de tais situações desfavoráveis, o inspetor Pinto Pacca demonstrou as dificuldades que enfrentavam os imigrantes espontâneos por não poderem contar com os auxílios tanto por parte de governo imperial quanto do governo provincial.

Durante o ano social recebeu a Província apenas 243 imigrantes espontâneos, que a convite de parentes imigraram à sua custa para as colônias da Província. Tendo despendido o resultado de suas liquidações na Europa, com passagens e mais gastos de viagem, e não recebendo da tutela do Estado mais que lote medido e viação, estes imigrantes assim estabelecidos, sem recursos para atravessarem o período difícil de estabelecimento em lote virgem de cultura *formam uma colonização contrapropagandista da imigração* para a Província, pois que os escassos

recursos que obtêm do salário na construção de seus caminhos e estradas, se lhes evitam o morrer de fome, não lhes poupam a miséria, em tal período, sempre acompanhada das moléstias inerentes à diversidade de clima e de costumes o maior desanimo na emigração para a Província [...] (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 30 ago. 1887).

Além desses 243 imigrantes espontâneos, o documento informa que mais 123 estrangeiros entraram na Província com destino a Itapemirim. Essa imigração aconteceu pelo auxílio da circular de dezembro de 1886, mas, de acordo com o inspetor Pinto Pacca, pouco ou nada mesmo representava esse fato em relação à expectativa da grande revolução econômica que tais circulares deveriam ter instaurado.

Sem os recursos que lhe eram negados pela Assembléia Provincial, e como a circular de 1886 do Ministério da Agricultura poucos benefícios trouxera ao fazendeiro capixaba, o vice-presidente da Sociedade Espírito-Santense de Imigração, Pinto Pacca, afirmava que pouco poderia fazer para trazer os imigrantes à grande lavoura. O engenheiro propôs que os esforços fossem direcionados para instalá-los na pequena propriedade colonial. Pois, tendo eles a possibilidade de se tornarem proprietários, dificilmente optariam por assalariarem-se; e sobre isso argumentou o inspetor:

Por sua parte, os imigrantes na Província do Espírito Santo não oferecem ao grande proprietário agrícola a garantia de força estável e continua indispensável à grande lavoura, porque sendo fácil aos imigrantes conseguirem lotes coloniais a baixo preço e existindo na Província quatro colônias prósperas [Rio Novo, Castelo, Santa Isabel e Santa Leopoldina] em que observarão compatriotas relativamente ricos, em pouco tempo abandonarão as fazendas para, a exemplo de tais compatriotas, constituírem-se pequenos proprietários agricultores [...] (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 30 ago. 1887).

Para competir com as Províncias mais adiantadas, como era o caso de São Paulo, o principal centro de atração de imigrantes do País, o Espírito Santo contava com a promoção da pequena propriedade agrícola, na qual o imigrante poderia ser dono do seu lote. Num discurso de posse da nova diretoria da Sociedade Espírito-Santense de Imigração, João Teixeira Maia declarou isto:

[...] nós temos um elemento a nosso favor, de grande valia, de que devemos aproveitar para diminuir as conseqüências da poderosa ação da colossal competidora [São Paulo] [...] Enquanto ali o imigrante é trabalhador assalariado, ele na Província do Espírito Santo pode ser imediatamente proprietário de terrenos ubérrimos por preço módico, a prazo longo [...] É necessário que os imigrantes saibam que aqui existe uma repartição de terras e colonização, cujo fim principal é colocar nos prazos medidos ou requeridos aqueles que desejam fixar-se na Província [...] (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 19 jul. 1888).

Oferecer o solo para que o imigrante se tornasse proprietário dele, além de ser o chamariz que o fazia atravessar o Atlântico, era uma fonte de receita para os cofres do governo e para os banqueiros; com a imigração em massa para o País e a difusão da pequena propriedade, haveria maior procura pela terra, e, conseqüentemente, a formação do mercado imobiliário. Três linhas extraídas de um artigo publicado em *A Província...* revelavam essa faceta: “[...] convencendo-se todos que o melhor meio de assegurar o valor do solo é reparti-lo e vendê-lo aos imigrantes, para que nele se estabeleçam no regime da propriedade efetiva [...]” (A PROVÍNCIA..., 17 fev. 1888).

Ainda no mesmo artigo, o redator advogava em favor da pequena propriedade, mencionando que em São Paulo o imigrante, ao trabalhar em regime de parceria com o agricultor, encarava esse trabalho apenas como uma forma de acumular dinheiro para poder comprar o seu lote posteriormente:

Como quer que seja, não é menos verdade que ainda no regime do serviço a jornal ou da empreitada e parceria o elemento imigratório italiano é que está concorrendo para sustentar a lavoura de S. Paulo, conseguindo os imigrantes por este meio formar pecúlio avultado, habilitando-se a adquirirem terreno próprio onde trabalhem por sua conta. Felizmente muitos proprietários vão compreendendo a vantagem da instalação do imigrante em lotes que eles podem adquirir e comprar com o produto do seu próprio trabalho: e este pensamento é acolhido na Itália com alvoroço [...] (A PROVÍNCIA..., 15 ago. 1882).

O interesse de países europeus em estabelecer colônias no Brasil era aclamado com júbilo pelo jornal. Sobre essas notícias, um artigo anunciava uma notícia que se considerava sumamente agradável e que fornecia uma amostra positiva do que se pensava na Europa a respeito do envio de imigrantes para o Brasil. Ei-la:

O *Deutsch Rundschau* publica em suas edições de Abril e Maio um trabalho anônimo sobre as futuras colônias da Alemanha. O primeiro artigo demonstrava a necessidade que tem a Alemanha de estabelecer

colônias para onde se dirijam os imigrantes. No segundo artigo, o autor examina quais são os países, nos quais possa convir a Alemanha estabelecer coloniais. São estes: em primeiro lugar, a Etiópia; em segundo, duas Províncias do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Santa Catharina) onde já se acham grupos importantes de colonos alemães. Em último lugar, os países ao Sul do Brasil – a Republica Argentina, o Uruguai e o Paraguai. [...] (A PROVÍNCIA..., 15 ago. 1882).

Ainda na seqüência desse artigo, o jornal, em seu característico comentário, após as notícias, nos revela um dos aspectos da imigração estrangeira pretendida pela Alemanha: a imigração particular, ou seja, aquela realizada por companhias particulares. Assim a explica o jornal:

Estes países não serão adquiridos pela Alemãha com o emprego da força, nem o governo fará mais do que assegurar aos seus os direitos garantidos pelos tratados. A iniciativa partirá de uma companhia particular, estendendo as suas ramificações em toda a Alemanha e dispondo de capitais enormes. O espírito desta empresa será tal, que em um dado momento os países colonizados tornar-se-ão de fato Províncias alemãs (A PROVÍNCIA..., 15 ago. 1882).

Com o título “Imigração Spontanea”, o jornal *A Província...* publicou um ofício do presidente da Província do Espírito Santo, Custódio José Ferreira Martins, dirigido ao inspetor especial das terras e colonização da Província do Espírito Santo, Joaquim Adolpho Pinto Pacca e aos subdelegados de polícia de Santa Leopoldina e Núcleo de Timbuí, que mostrava o apoio que o governo provincial buscava prestar no sentido de facilitar a política de imigração espontânea pretendida pelo governo imperial. Segundo esse documento, o presidente Custódio Martins pretendia incrementar os núcleos coloniais no Espírito Santo por meio das vantagens que a imigração espontânea podia oferecer. Custódio Martins cuidava com interesse dos importantes assuntos referentes à imigração espontânea para à Província. Eis o que expressava o ofício:

Conforme as providências ultimamente adotadas, compreende-se facilmente que o governo imperial empenha todo o esforço para atrair a *imigração espontânea que dentre todas considera a mais útil*. Na verdade, o imigrante que mais nos convém será aquele que para o País vier livremente, à vista das vantagens que tem certeza de encontrar, e não o que for seduzido pelas promessas de um bom contrato. Para conseguirmos a vinda desses imigrantes, não podemos ter melhores auxiliares do que os que se acham no império estabelecidos [...] são eles que melhor podem convencer a seus parentes, amigos e compatriotas, mandando-lhes dizer que são felizes e que o Brasil oferece-lhes todas as garantias. Isto posto, recomendo a vmc. que, procurando entender-se com os que residem na ex-colônia do Rio Novo e núcleo do Castelo, exponha-

lhes que o governo imperial proporcionará meios que facilitem a vinda de seus parentes, amigos e patrícios [...] (A PROVÍNCIA..., 23 out. 1884).

Com exceção da Província de São Paulo, que soube bancar o custo da importação da mão-de-obra européia para as fazendas, a cogitada imigração espontânea por parte do governo central foi quase nula em todo o resto do País. A imigração espontânea era mais uma idéia a ser concretizada por parte desse governo do que algo que de fato acontecia. Encontramos estampadas no jornal várias notícias, informando sobre a entrada de “imigrantes espontâneos” em portos do País e do Espírito Santo, mas esse tipo específico de imigração foi inexpressivo. O que vinha dando certo desde 1870 eram as duas políticas centrais de imigração do governo imperial: o processo de recrutamento e fixação do imigrante (imigração subvencionada) e a colonização (o sistema de localização dos imigrantes em pequenos núcleos coloniais).

O jornal noticiava que o Núcleo Colonial de Castelo no Espírito Santo havia recebido do então ministro da agricultura, Afonso Pena, algumas concessões destinadas ao aprimoramento daquela colônia. Entre tais concessões, estavam a importância de crédito no valor 38:000\$ para a construção de estradas e de caminhos para o núcleo. Esses favores foram apoiados e comentados pelo então deputado conservador por Santa Catarina, Alfredo Taunay:

Podemos acrescentar algumas informações a que dedicamos aos melhoramentos agora autorizados em terras do núcleo colonial do Castelo, na Província do Espírito Santo, e fazêmo-lo de boa mente, porque tais melhoramentos testemunham que a administração está, persuadida, como nós, de que a imigração espontânea não quer dizer completa cessação de favores a imigrantes, nem mesmo limitação de tais favores a alguns dias de agasalho e a transporte entre os portos de desembarque e os estabelecimentos coloniais (A PROVÍNCIA..., 13 dez. 1883).

E continua Taunay, advogando em defesa da pequena propriedade para todo o País:

Em outros muitos pontos do império haverá situação idêntica onde com pequena despesa será possível estabelecer milhares de imigrantes. Esta tentativa deveria ser empregada a roda de cada engenho central, onde

quer que existam terras devolutas⁷ ou mesmo terras particulares de fácil e

barata aquisição. Assim *iríamos lançando a pouco e pouco os fundamentos da pequena lavoura que oferece vantagens inapreciáveis* como a grande lavoura as suas (A PROVÍNCIA..., 13 dez. 1883).

O jornal *A Província...* (1884) publicaria, a partir dessa data, uma série de relatórios minuciosos sobre as condições de quatro núcleos coloniais da Província Espírito Santo: Rio Novo, Castelo, Santa Isabel e Santa Leopoldina.

Esses relatórios continham dados estatísticos dos núcleos, informando suas localizações geográficas, número de habitantes, data da fundação, tipo de agricultura, clima, lotes ocupados e desocupados, preços de cada lote etc. Eram elaborados pelo inspetor de terras públicas e colonização da Província do Espírito Santo, o engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca, a pedido do ministro da agricultura, Antônio da Silva Prado. Os relatórios vinham destacados com o título “Colonização e Lavoura”, e com o subtítulo que dizia, “Breve notícia sobre a Província do Espírito Santo, em relação à lavoura de café e colonização”.

O primeiro artigo publicado em *A Província...* em 1º de janeiro de 1884 informava que os municípios onde o cultivo do café estava mais desenvolvido eram: Benevente, Guarapari, Viana, Vitória, Santa Cruz (baseados na pequena propriedade); e Itapemirim e Cachoeiro de Itapemirim. A lavoura de Cachoeiro, baseada na grande propriedade, era a mais adiantada de todas, comunicava o relatório.

A política de um governo se manifesta pelo conjunto dos membros que compõem sua administração, quando se colocam em prática seus objetivos e pontos de vistas. Os documentos administrativos, como os ofícios, avisos, relatórios, despachos, cartas, memorando, enfim, são (um dos) meios pelos quais passam (se revelam) suas políticas. Por esses meios, tais políticas se tornam públicas, se não em sua verdade, ao menos, burocraticamente. Num jornal, o local privilegiado de manifestação da opinião, o local por onde flui sua posição política, é o editorial; no caso específico de *A Província...*, em relação ao nosso tema de análise, essa opinião foi manifestada por meio do conjunto de matérias (e fontes) que esse veículo deu visibilidade.

No jornal, seus editores fizeram passar aquilo que lhes convinha enquanto proposta política. A todo o momento, o periódico interagiu com a política imigrantista do governo central, atuando como um guarda; contrapondo idéias, defendendo suas posições, criticando as falhas desse governo, sobretudo no que tangia aos incentivos à imigração. Seus editores agiram como *gatekeepers* (selecionadores) (WOLF, 1999, p. 180) no processo de produção de notícia naquele período, filtrando aquelas informações que condiziam com suas opiniões e convicções liberais, e rejeitando as idéias inconvenientes. Aos assuntos que mereceram maior destaque, o periódico não poupou críticas, a ponto de desmentir o que se publicou ou apenas acrescentar novos dados, na tentativa de moldar a opinião pública de acordo com sua versão sobre os fatos.

O conteúdo de *A Província...* direcionou seus leitores (formado por uma elite agrícola, comerciantes, políticos, homens e mulheres letrados e de maior instrução), apontou caminhos, permeou o imaginário coletivo da época em que atuou, tudo isso a partir das notícias que deixou “passar”. Procurando adjetivar o noticiário de *A Província...* acerca da imigração, poderíamos qualificá-lo de um jornalismo atento, pois aquilo que noticiou e o modo como o fez, demonstrou que o fenômeno imigrantista era um dos seus temas de atenção e observação.

Dos documentos oficiais que *A Província...* publicou, o debate da pequena propriedade, como verificamos, foi o discurso majoritário. No entanto, conforme constatamos, a década de 80 seria marcada por uma mudança na política imigrantista do governo imperial, com o intuito de abastecer as grandes lavouras. O jornal, num certo sentido, apenas refletiu um discurso oficial que via na pequena propriedade uma alternativa para atrair os imigrantes europeus. Isso não quer dizer que o periódico preferiu a colonização (núcleos coloniais) à imigração subvencionada (o imigrante era levado a grande lavoura).

Constatamos que o que interessava ao jornal era que a imigração acontecesse em larga escala, não importando para onde fosse direcionada. É certo que, de um lado, o periódico se colocou favorável aos grandes proprietários rurais, a fim de promover a introdução de força de trabalho estrangeira nas lavouras de café. De

outro lado, também era total o seu apoio para que o imigrante pudesse ter o seu próprio lote (pequena propriedade) e prosperar. Embora pertencente às elites agrárias, notamos que não houve por parte do principal editor do jornal, Moniz Freire, uma tomada de posição no sentido de defender uma ou outra política de imigração. A verdade é que as duas políticas, colonização e imigração subvencionada, tiveram por parte de jornal o seu total apoio.

4.4 DENÚNCIAS E DEFESAS: UMA COBERTURA JORNALÍSTICA CONFLITANTE

O material que o jornal *A Província...* nos forneceu, suas próprias notícias ou a publicação de matérias de outros periódicos, permite notar que nem tudo foi tranqüilo para os imigrantes: eles saíam de seus países com destino certo, mas, por inúmeros motivos, eram levados para outras localidades; recebiam do governo regiões de floresta a serem derrubadas; faltavam-lhes auxílio material e subsídios financeiro para os primeiros meses de subsistência; meteram-se em contratos de parcerias com os proprietários rurais, que traziam-lhes endividamentos etc.

Tendo de sobreviver numa nova terra, esse trabalhador enfrentou maus momentos, tanto por parte do governo imperial, no descumprimento de acordos, quanto dos órgãos tutelares da imigração e dos agricultores que lhes contratavam para ocuparem a lavoura. O jornal deu considerável divulgação às adversidades sofridas pelos imigrantes. Textos dando conta de despejo, insultos, violências, contratos de posse de terras não cumpridos agiram como forma de cobrar das autoridades as medidas que assegurassem os direitos desses trabalhadores. Várias matérias cobravam do governo central e dos órgãos tuteladores da imigração o cumprimento de contratos, principalmente em relação ao custeio da passagem da Europa para o Brasil, bem como o transporte gratuito do local de desembarque até a colônia onde o imigrante fosse se estabelecer.

A publicação de um artigo do jornalista Quintino Bocaiúva, contendo críticas contra uma ação de despejo sofrida por grupos de famílias de imigrantes num núcleo

colonial de Santa Catharina, ilustra uma parte das adversidades por que esses trabalhadores tiveram que passar. Bocaiúva ataca o governo imperial e cobra que seja feita a recolocação desses imigrantes em outra localidade:

A politicagem, para não lhe dar outro nome que rima com esse, a politicagem eleitoral também se apoderou desse negócio (a posse territorial), e tais fatos têm ocorrido por esse mundo adentro do nosso Brasil [...] e nos desonrariam perante as nações civilizadas se até lá chegasse a notícia de alguns escândalos que conhecemos. Aqui está um dos pontos negros desta vital questão da imigração e da ocupação útil do nosso solo, o qual deve merecer os desvelos do governo de todos os que se interessam pelo futuro da pátria (A PROVÍNCIA..., 15 set. 1886).

Uma carta anônima dirigida à redação da *A Província...* assinada por “Um que quer justiça” denunciava que o prussiano José Kapitsky e sua família haviam sofrido maus tratos por parte do chefe de polícia da Província do Espírito Santo, o bacharel Fernando Eugênio Martins Ribeiro, e pedia ao jornal que fosse publicada a queixa que esses imigrantes enviaram ao presidente da Província, relatando o caso. O negociante Franz Ruddio, do Porto do Cachoeiro/ES, agiu como testemunha do caso e foi ele também que traduziu as tais expressões violentas ditas pelo Chefe de Polícia: “Ele [Sr. Ruddio] é uma testemunha importante contra a polícia que espanca os cidadãos brasileiros [...] e na roça faz o que narra Kapitsky” (A PROVÍNCIA..., 24 ago. 1886).

Uma matéria relata que o italiano Fachitte e sua mulher, residentes no núcleo de Timbuí, Santa Leopoldina/ES, foram gravemente feridos em sua casa por três cearenses, “resultando a destruição de órgãos que o priva de trabalhar efetivamente”. Cobrando providências, posiciona-se o jornal: “Da promotoria pública esperam os ofendidos e todos os imigrantes severa punição para que não haja reprodução dessas revoltantes cenas, que muito depõem contra o meio social [...]” (A PROVÍNCIA..., 19 fev. 1887).

Outra matéria de publicada na seção “Fatos e Boatos”, sob o título “Imigrantes contratados”, denunciava que um grupo de 157 italianos (desses 157, 137 foram destinados à fazenda do coronel Ribeiro Mascarenhas, localizada em São Torquato no município da Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha, e 20 com destino a

fazenda de A. Guaraná, no município de Santa Cruz) formado por adultos e crianças ao desembarcar no porto da capital não foi recepcionado adequadamente. Os componentes desse grupo foram constrangidos a “ficarem expostos durante algumas horas à chuva torrencial que então caía”. E criticou o jornal:

O imigrante atraído ao nosso País por promessas lisonjeiras e acariciadoras de um bem-estar, facilmente conquistável por alguns anos de trabalho, não deve, logo ao aportar às nossas plagas, ser tão desagradavelmente impressionado, como deveriam ter ficado os recém-chegados (A PROVÍNCIA..., 25 jan. 1888).

Na edição do dia seguinte, chegou à redação uma carta da Inspetoria de Terras Publicas e Colonização, apresentando justificativas do fato:

Coincidindo, porém, a queda da copiosa chuva com a pressa imprudente do sr. comandante do vapor Maria Pia em dar o desembarque, afim de voltar em tempo, não teve o empregado da inspetoria, que imediatamente achou-se a bordo, outro expediente para substituir o plano senão o de dar o desembarque na cidade. Em tais condições não podiam deixar de molharem-se os imigrantes, como se molhariam quaisquer passageiros por mais que fosse a hierarquia, a menos que preferissem voltar à Corte no vapor Maria Pia. Substituindo o plano pelo expediente precipitado, o que mais foi observado, são conseqüências deste, e, para varrer a testada, foram culpados do desastre: a chuva torrencial e a pressa do sr. comandante em momento impróprio (A PROVÍNCIA..., 26 jan. 1888).

Uma carta, que pode ser considerada uma das mais contundentes críticas feita ao governo imperial que identificamos em *A Província...*, expõe as mazelas que enfrentou uma família de imigrantes italianos em São Mateus.

Essa correspondência diz que um grupo de italianos composto de homens, mulheres e crianças “[...] esmolam pelas ruas desta vila como já esmolaram pelas estradas do alto Castelo”. Esses imigrantes, que tinham como destino a Província de São Paulo, foram desembarcados em Vitória e levados para uma fazenda em Itapemirim; lá um membro da família chegou a falecer, e desgostosos da vida, os familiares se dirigiram à hospedaria de imigrantes de Vitória. O jornal relata o desencontro:

Vítimas de um logro ou de uma especulação intolerável, trazem eles os seus passaportes, bagagem etc., visados para S. Paulo. Contam que aqui, na capital foram baldeados de um navio para outro, que lhe diziam ser – esse mesmo – o que devia levá-los ao porto de seu destino, para onde os

chamaram os seus parentes, mas que afinal se acharam em terras de Itapemirim! (A PROVÍNCIA..., 15 fev. 1889).

A história dramática desse grupo ainda encontraria mais dissabores. Da capital, Vitória, essa família reclamava outras providências que a tirassem daquela situação difícil, mas uma ordem foi dada para que esses imigrantes fossem desalojados e privados de todo o auxílio, e tal ordem deveria ser empregada a força se preciso. Diz o articulista da carta:

E nós que vivamos iludidos, pensando que tudo quanto o governo diz é verdade! A verdade é esta, que resulta dos tais contratos de engagements, que não de ser sempre iludidos em sua execução [...] Por um falso juízo e por uma apreciação errônea, somos muito fáceis em qualificar de vadios e vagabundos a esta gente, quando o desespero os leva ao extremo de se recusarem a toda e qualquer oferta de trabalho [...] O governo diz muito, escreve muito e recomenda muito, mas parece que tão somente para que se leia no estrangeiro. Esses documentos oficiais ativam e animam realmente a propaganda na Europa, mas quando lá chegarem 3, 4 ou 5 cartas contestes narrando os sofrimentos e as privações das vítimas do logro e da fraude, podem [...] escrever o que quiserem, não conseguirão destruir a impressão que elas produzem (A PROVÍNCIA..., 15 fev. 1889).

O conteúdo de *A Província...* apresentou duas tendências distintas. Se, por um lado, foram amplas as notícias que revelavam as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros, contendo críticas em relação ao descaso da política imigrantista do governo imperial, por outro, também, o periódico agiu de maneira a rebater as críticas que eram feitas (sobretudo pela imprensa europeia) em relação à política imigratória do governo brasileiro.

Às notícias produzidas pela imprensa estrangeira (sobretudo da Itália e Alemanha), criticando a política do governo imperial e relatando maus tratos sofridos pelos imigrantes, imediatamente o jornal procurava, por meio de argumentos, contrapor-se, na tentativa de desfazer a má repercussão que essas matérias poderiam causar, sobretudo na Europa, e, de algum modo, inibir o fluxo imigratório para o Império. O jornal demonstrou preferência por publicar textos (da imprensa estrangeira) que traziam abordagens positivas da política imigrantista praticada pelo governo imperial.

Observamos que as matérias que criticavam a política de imigração do Brasil não tiveram por parte do jornal o reconhecimento de que se errou e que as providências para corrigir poderiam ser tomadas, mas sim, uma atuação procurando desqualificar essas notícias, muitas vezes tachando-as de serem infundadas e caluniosas.

Um exemplo dessa atuação, visando a restabelecer a ordem se deu quando um correspondente do jornal *A Província...* se dirigiu aos municípios de Benevente e Alfredo Chaves, para contrapor-se a uma notícia do jornal *La voce del popolo* (jornal em língua italiana editado no Rio de Janeiro) que denunciava, entre outras coisas, que os imigrantes estabelecidos num dos núcleos coloniais de Rio Novo e Castelo estavam insatisfeitos com a administração do Engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca (então juiz municipal de Benevente), por ele estar sendo conivente com a falta de repressão aos crimes.

O correspondente de *A Província...* então recolheu depoimentos das mesmas testemunhas citadas pelo *La Voce*, e todas elas disseram serem infundadas as acusações desse jornal.

4.5 CRÍTICAS AO TRABALHADOR CAPIXABA E AO “TRABALHADOR NACIONAL”

Reproduzindo o pensamento das elites agrárias da época, o jornal desqualificou o “trabalhador nacional” (aquele que ia trabalhar como empregado na propriedade alheia), tachando-o de indolente e preguiçoso.

Dizia o jornal, num primeiro momento, que o atraso econômico do Espírito Santo devia-se, em parte, ao desapego ao trabalho que se via no trabalhador nacional.

Num editorial o jornal faria uma crítica ao capixaba de modo geral, dizendo que deveria ter “iniciativa” e “ambição”. Esse discurso contra a indolência reflete o pensamento da época, pois o “ócio” e a “vagabundagem” para o discurso daquele século era a origem de todos os males:

[...] a marcha lenta, quase imperceptível da nossa lavoura, principalmente ao Norte da Província, esbarra com a conseqüência naturalíssima, bem triste aliás, de que o espírito-santense é baldo de iniciativa e de ambições muito vulgares. [...] nós nos conservamos arredios da faina do trabalho sulista, e continuamos a produzir na mesma escala [...] queremos apenas deixar bem assinalado um fato: o desamor pelo trabalho que se nota aqui no meio de tantas riquezas a explorar [...] (A PROVÍNCIA..., 16 jun. 1882).

Os trabalhadores livres nacionais (formados por negros, índios e pardos, descendentes de portugueses, nordestinos), habitavam as margens do litoral e viviam da pesca e de pequenas roças de subsistência. No campo, encontravam-se pequenos posseiros que não integravam a economia cafeeira; cultivavam roças de subsistência, que completavam com a caça. A integração da população pobre, nascida livre ou liberta, ao mercado de trabalho, parecia difícil aos olhos dos contemporâneos, no Sudeste. Essa dificuldade era interpretada, tendo como referência o mito da indolência da população pobre, que datava do período colonial, e o racismo tão influente no pensamento da época (SALETTTO, 1996, p. 183-184).

Encontramos nas palavras de Rocha (2000) e Saletto (1996) argumentos que mostram a chave dessa questão. Segundo Rocha, o próprio sistema que não dava chances ao trabalhador nacional era o mesmo que lhe tachava de indolente. Saletto (1996) pontua que esse repúdio de ordem ideológica pretendia justificar a imigração de mão-de-obra européia. Segundo Rocha (2000), se a população nacional pobre se esquivava ao trabalho era, certamente, porque essas próprias relações de trabalho a colocava à margem do processo de produção ao tentar medir os custos e a produtividade do seu labor, tendo como parâmetro o trabalho escravizado.

O discurso reprovador feito pelo jornal ao trabalhador livre nacional, ao capixaba, enfim, contra todos os “indolentes”, diminuía à medida que a escravidão ia perdendo força e a lavoura cafeeira passava a urgentemente necessitar de mão-

de-obra para se manter, uma vez que o negro aos poucos ia se dispersando do campo.

Um ofício do ministro da agricultura, Antônio Carneiro da Rocha, dirigido ao engenheiro Pinto Pacca, vice-presidente da Sociedade Central de Imigração, informava que: “[...] Sendo um dos seus intuitos desenvolver não só a colonização estrangeira, como a nacional, não pode reservar exclusivamente para a primeira todas as terras, que fizer medir as Províncias do Paraná, Espírito Santo e Santa Catharina [...]” (A PROVÍNCIA... 11 nov. 1884); o jornal não informava que ofício era, apenas o reproduziu.

Sete dias depois, o jornal *A Província...* cederia espaço para a publicação de um editorial do jornal *Gazeta de notícias* (RJ), que tinha o título “Colonização nacional”, no qual advogava em defesa desse trabalhador que outrora era criticado:

Perece corrente entre nós, passa como uma verdade axiomática – que o elemento nacional não serve para os trabalhos rurais, quando os agentes desses trabalhos sejam homens livres. Não podemos imaginar em que princípio [...] se baseia tão grande absurdo, que é, ao mesmo tempo, uma calúnia gratuita e uma injustiça dirigida a milhões de brasileiros, pobres, ignorantes, desprotegidos, explorados, e por cima e tudo ultrajados. Além de que, seria absurdo insistir na condenação perpétua de uma enorme classe de homens, cujo número tende a aumentar de dia para dia, se fosse verdade incontestável o que se imagina do elemento nacional isso nos levaria à medonha conclusão de que o número de parasitas sociais seria tão grande, que a nação desapareceria asfixiada por eles. [...] (e esta é que é a verdade) o habitante rural proletário não trabalha porque não tem onde, por causa de nossa detestável organização econômica, pelo erro de procurar baratear, até ao impossível, o preço da mão-de-obra, em vez de melhorar os processos de cultura, e principalmente por falta de educação e de facilidade de se tornar proprietário do solo [...] (A PROVÍNCIA..., 18 nov. 1884).

E finaliza o editorial com o seguinte comentário:

[...] finalmente, se o plano apresentado foi realmente aceito [...], de certo teremos em breve uma majestosa revolução pacífica na nossa vida interna, e daqui a alguns anos não se dirá tão afoitamente que o brasileiro pobre dos campos é incapaz de se governar a si próprio e de ser um cidadão útil e produtor. Do ministério da agricultura depende a resolução deste magno problema (A PROVÍNCIA..., 18 nov. 1884).

4.6 LAVOURA E ESCRAVIDÃO: O DEBATE ABOLICIONISTA

Matérias e editoriais esclareciam que uma das questões sociais mais preocupantes era a dificuldade de transição do trabalho servil ao livre. Poder-se-ia ver a resistência dos agricultores em abolir a escravidão, por meio das críticas que o jornal fazia. A libertação de 27 escravos da Fazenda de Piranema, no Espírito Santo, foi comentada pelo editorial de 6 de agosto de 1882, como um progresso para o País.

A Sociedade Espírito-Santense de Imigração declarava num relatório de 1887, às vésperas da Lei Áurea, já num momento em que as pressões contra a escravidão eram intensas, o seguinte: “O grande proprietário agrícola receia encarar de frente a questão do elemento servil e a isso prefere o doce engano de que por muito tempo ainda poderá dispor de tal elemento para exploração de sua indústria e por isso não cogita na transformação do trabalho” (SOCIEDADE ESPÍRITO-SANTENSE DE IMIGRAÇÃO, 30 ago. 1887).

Buscando pressionar os agricultores a libertar seus escravos e a lhes pagar salário, o jornal publicou um projeto de lei apresentado à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro pelo deputado Joaquim de Oliveira Machado. Esse projeto oferecia diversas vantagens ao agricultor que extinguisse a escravidão. Entre outros pontos, nele se previa que a exportação de café ficaria isenta do pagamento de imposto para o agricultor que empregasse em sua lavoura pelo menos 20 estrangeiros ou trabalhadores livres nacionais. Outra vantagem era que o transporte de café dentro da própria Província seria gratuito.

Ao mesmo tempo em que o jornal criticava a escravidão, seus editoriais temiam o abandono da lavoura. Paralelamente a essas manifestações antiescravistas, o periódico alertava para o problema da falta de mão-de-obra decorrente do esvaziamento do campo: “Não há quem não insista sobre o vácuo enorme que se há de abrir com o desaparecimento do braço escravo, que tem quase exclusivamente cevado o solo nacional” (A PROVÍNCIA..., 1 jul. 1882).

Sendo o negro o principal “motor” da economia naquele momento, por oferecer eficiente mão-de-obra à agricultura, temia-se como ficaria a situação da lavoura, uma vez que pouco a pouco esse contingente ia se dispersando do campo. Um problema de ordem social e humanitária seria resolvido, mas um outro de ordem econômica poderia aparecer. Nesse sentido, o jornal manifestou a seguinte preocupação, já num editorial de 1882:

Não se trata de manifestações choramingas de um sentimentalismo vazio, trata-se, sim, de resolver as dificuldades [...] de que vai sendo vítima a bondosa e quase exclusiva doadora de todos os nossos benefícios sociais – a lavoura. Dessorados mais e mais os elementos que a fecundam por esta marcha morosa, que um dia menos outro vai destacando os braços de que ela carece para sustentar-se, a que ficará ela afinal reduzida? Nas cidades rolarão os mendigos, mas os campos estarão desertos. Electrizamos a festa da liberdade, mas fica-nos a comoção da dúvida sobre o futuro da pátria (A PROVÍNCIA..., 6 ago. 1882).

Embora os editoriais tenham demonstrado temor em relação ao esvaziamento do campo, segundo Almada (1984, p. 108) o surto cafeeiro imporia tal vigor à instituição escravista, que ela se constituiria o sustentáculo da economia da Província até 1888. Por toda a Província, à medida que as plantações de café se multiplicavam, a demanda da mão-de-obra escrava crescia.

Em 1885, os artigos do Padre Francisco Antunes Siqueira (filho), como abordamos anteriormente, com ênfase antiescravista seriam publicados por *A Província...* Transcrevemos esses dois desses artigos com a qual concluímos este subitem, vejamos:

Desde 1836, principiaram os negociantes de carne humana a iludir a vigilância do governo inglês que, por um tratado de 1831, convencionara com o Brasil extirpar o tráfico de africanos. A posição astronômica do nosso continente era a melhor possível [...] Piúma, “Guarapari”, Vitória e Santa Cruz foram os lugares mais cômodos para os desembarques. Passamos, portanto, por essas crises, que entorpeceram a marcha de nossa civilização, cujas conseqüências, ainda hoje experimentamos, e por alguns anos não de retardá-la pela reação difícil a operar-se no futuro do desenvolvimento da lavoura e comércio. [...] Centenas de vidas foram expostas à mercê das ondas, além do Atlântico, sujeitas aos maus tratos: mergulhadas no fundo dos porões dos navios; privadas de luz e ar, respirando auras infectas, para satisfazer o egoísmo de homens que pelo ouro sacrificavam seus irmãos! Os portugueses, perdidas as esperanças de escravizar os aborígines, que se acham sob influência imediata dos jesuítas, lançaram mão deste meio, tão reprovado, para manter a sua negociação e sustentar a lavoura de nosso País. Erro grave, que comprometeu o nosso presente e o futuro da sociedade brasileira. Os escândalos repetiram-se até 1845, em que dentro da própria fortaleza de S. João se expuseram à venda 200 escravos pelo ínfimo preço de

250\$000! Ali pelo Campinho e Porto Velho abriram-se praça para essas vendas! Ainda em 1848 o brigue – Feliz Ventura – desovou em Santa Cruz grande numero desses infelizes! Foram levados para a fazenda, que hoje pertence ao dr. Guaraná, guardados em grande depósito para esse comércio imoral e torpe! (ALMADA, p. 108-109).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta pesquisa, partimos da hipótese de que o jornal *A Província...*, ao longo de sua cobertura jornalística, teria exercido influência propagandística na esfera pública em defesa da importação da mão-de-obra europeia para o Brasil. Lançamos essa hipótese pelo fato de seu dono e redator, Moniz Freire, na condição de governador do Estado do Espírito Santo de 1892 a 1895, e 1900 a 1904, ter promovido amplamente a imigração estrangeira. E constatamos que sim. As publicações de *A Província...* defenderam a causa do imigrante, embora não tão explicitamente como esperávamos. Esse jornal atuou como um vigia, e tudo que pudesse obstruir a entrada de imigrantes no Espírito Santo e em qualquer parte do País era alvo de ataques por parte do periódico.

O que verificamos foi uma cobertura jornalística mais no sentido de cobrar uma postura tuteladora por parte do governo em relação à imigração, como o pagamento da passagem da Europa para o Brasil, auxílios como agasalhos, ferramentas e alimentação, entre outros, para os primeiros meses de adaptação.

Não encontramos editoriais e artigos de opinião em abundância que tratassem do tema imigração, pelo contrário os editoriais foram raros. Às vezes, o pesquisador não consegue atingir os objetivos que ele propôs no início, mas o manuseio do material pode proporcionar o encontro de fatos novos no cenário da história e oportunidades para maiores reflexões. E um exemplo disso foi o fato de constatarmos, por exemplo, que a crítica dirigida ao imigrante no início da década de 80 atenuou-se no final dessa mesma década, quando se acentuava a queda da oferta de braços para as lavouras.

Nesse percurso de análise, verificamos também dois posicionamentos distintos por parte do jornal: de um lado, ele criticou e denunciou os abusos pelos quais passaram os imigrantes, mas, de outro, procurou neutralizar (tachando de serem infundadas) as críticas que a imprensa internacional (sobretudo europeia) dirigia à política de imigração em curso no Brasil.

Boa parte do discurso que o jornal *A Província...* produziu fez-se por meio de outras fontes. Foram muitas notícias reproduzidas de outros veículos de comunicação (jornais, revistas, telegramas), como também foram várias as reproduções de documentos oficiais (relatórios, ofícios etc.), tanto do governo central como dos órgãos ligados à imigração. No geral, após a publicação de um documento oficial, o periódico acrescentava seu posicionamento, discordando, atacando ou mesmo apoiando. Concluímos que era nos pequenos comentários, em notas, às vezes curtas, que esse veículo de comunicação imprimia seu ponto de vista e conduzia seus leitores a uma determinada visão dos fatos.

Nas páginas de *A Província...*, pudemos constatar a atuação falha do governo central em relação aos imigrantes. Observamos que a pequena propriedade era um caminho viável, pretendido pelo governo central, para atrair a mão-de-obra européia ao País, como também era viável para esse governo promover a imigração espontânea, pois, entre outros fatores, alegava-se a falta de verba, para custear o processo imigratório em massa.

Detectamos, por meio das denúncias que o periódico nos trouxe, o drama de algumas famílias de imigrantes que passaram dissabores no porto de Vitória e em colônias da Província do Espírito Santo. Conforme as matérias que o jornal publicou, percebemos que a realidade para o imigrante foi bem diferente da visão mítica que se vendia na Europa sobre o Brasil. Vimos que o imigrante lutou, perseverou e conseguiu galgar seu espaço.

Os textos jornalísticos sempre exigiram dos governos os auxílios que pudessem dar continuidade ao fluxo imigratório para o País. Os contratos que seriam firmados entre Brasil, Itália e países europeus, para a introdução de imigrantes no Brasil eram aclamados com entusiasmo pelo periódico.

Como dissemos, não encontramos farto material sobre a questão imigrantista no impresso analisado, mas, acerca desses vestígios, descortinarmos, sob um novo olhar, algumas das discussões acerca da imigração estrangeira já travadas pela bibliografia tradicional, tais como: a pequena propriedade de terra, a imigração

espontânea, as adversidades sofridas pelos imigrantes em busca da sobrevivência, a discriminação do trabalhador capixaba e do chamado “trabalhador nacional”; e o debate abolicionista, entre outras.

Verificamos, no entanto, que os discursos produzidos pelo jornal *A Província...*, por meio das opiniões compartilhadas e os seus próprios julgamentos em relação ao fenômeno imigrantista não foram muito diferentes do que aquilo que a bibliografia convencional vem abordando.

O jornal *A Província...*, pelo tom crítico que adotou, combatendo instituições, fazendo críticas a governos, seguiu um jornalismo que podemos classificar de independente em relação à “imprensa oficial” – aquela nascida sob a égide do aparelho do Estado.

A postura do jornal em relação à imigração foi de defender os interesses da classe dirigente de que fazia parte (proprietários rurais, elite política, intelectuais, industriais, comerciantes etc.). A luta travada no periódico pelo sucesso do imigrante tinha suas razões econômicas. O progresso econômico da Província e do País estava intimamente ligado aos resultados que os trabalhadores europeus iriam obter na nova terra.

As cartas mandadas à redação do jornal na tentativa de justificar ou acrescentar informações em relação ao que se publicava demonstraram que esse veículo de informação conseguiu, com sua atuação jornalística, provocar inquietações.

O jornal fez o seu papel, segundo a orientação política que representava, criticando, enaltecendo, promovendo, ou mesmo abstendo-se. Sem entrarmos numa discussão mais profunda sobre o que foi o Liberalismo no século XIX, verificamos que *A Província...* seguiu um dos princípios comuns da doutrina liberal: a defesa da liberdade individual. Portanto, a imigração deveria acontecer. Bobbio explica que o Liberalismo é muito difícil de ser definido, o mesmo acontecendo para a definição do adjetivo liberal: “Trata-se de uma definição arriscada, inclusive porque nem sempre grupos e partidos que se inspiram nas idéias liberais tomaram

o nome de liberais e também nem sempre os partidos liberais desenvolveram uma política coerente com os princípios proclamados” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986, p. 686-689).

A Província... defendeu que a imigração espontânea e a tutelada eram fontes de inesgotáveis utilidades e a colonização (colocação do imigrante na pequena propriedade) era um caminho viável para o povoamento e para a sustentação da economia. Importava a esse periódico, que os imigrantes trouxessem receitas.

Os articulistas do jornal que aqui estudamos foram a campo e colheram aquilo que a realidade lhes oferecia no momento. Seus redatores, Muniz Freire e Cleto Nunes, agiram conforme o espírito progressista que os impulsionavam.

O jornal *A Província...* fez o que pôde para defender a causa do imigrante, denunciando-lhes os abusos e as adversidades sofridas. De um lado, suas matérias agiram para cobrar dos poderes competentes os direitos desses trabalhadores, de outro, o periódico procurou conter aqueles fatos que poderiam repercutir desfavoravelmente na Europa, e de algum modo, obstruir o êxodo emigratório.

6 REFERÊNCIAS

100,000 imigrantes. *A Província do Espírito Santo*, 27 de outubro de 1887.

A PROMOTORIA pública e a Sociedade Espírito-Santense de Imigração. *A Província do Espírito Santo*, 19 de fevereiro de 1887.

A PROVÍNCIA do Espírito Santo (1882 a 1889). Vitória, [19--]. Encadernação.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850/1888*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 383-417.

AUXÍLIO a imigrantes. *A Província do Espírito Santo*, 28 de fevereiro de 1884. Fatos e Boatos – Notícias Locais.

BASÍLIO, Marcello Antônio de Souza. *A vida e obra de Moniz Freire*. Vitória: [s.n], 1961.

BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.

BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

_____. *Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo*. Vitória: Edit, 1998.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BRASIL. Circular de 27 de junho de 1884 do ministro da agricultura, Antônio Carneiro da Rocha. *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 11 jul. 1884.

_____. Ministério da Agricultura. Carta dirigida ao presidente da Província de Minas Gerais, Visconde de Ibituruna, em 28 de setembro de 1889, pelo Ministro da Agricultura Lourenço Cavalcante Albuquerque. In: *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 5 out. 1889.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, 1996.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. Introdução. In: _____. *O Bravo matutino*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921)*. 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, José Murilo. Teatro de sombras. In: _____. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ: Relume-Dumará, 1996.

CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia et. al. *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: Edufes, 1998.

_____. Tiroleses no Espírito Santo: perfil de uma imigração. In: Convegno. *Trentamila Tirolesi in Brasile - Storia, Cultura, Cooperazione allo Sviluppo*. Trento, 2003. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.regione.taa.it>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura Espírito-Santense*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1981. Edição facsimilada, 1912.

COLONIZAÇÃO nacional (Edit. da Gazeta de Notícias). *A Província do Espírito Santo*, 18 de novembro de 1884. Imprensa nacional. Editorial.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

_____. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

ELEMENTO Servil. *A Província do Espírito Santo*, 6 de agosto de 1882. Editorial.

ESPÍRITO SANTO (Estado). ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Sessão da Assembléia Legislativa de 8 de agosto de 1888. In: *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 1º set. 1888.

EX-COLÔNIA Santa Leopoldina. *A Província do Espírito Santo*, 4 de março de 1884. Fatos e Boatos.

FAUSTO NETO, Antônio. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FAUSTO, Boris. (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Llatina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da imigração século XIX e início do século XX. In: CASTIGLIONI, Aurélia Hermínia et.al. *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: Edufes., 1998. p. 28-32.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

IMIGRAÇÃO - Vila do Cachoeiro de S. Leopoldina. *A Província do Espírito Santo*, 29 de outubro de 1884. Publicações a pedido

IMIGRAÇÃO e colonização. *A Província do Espírito Santo*, 11 de julho de 1884. Editorial.

IMIGRAÇÃO espontânea. *A Província do Espírito Santo*, 23 de outubro de 1884. Notas do dia.

IMIGRAÇÃO italiana. *A Província do Espírito Santo*, 17 de fevereiro de 1888. D'O Pais.

IMIGRAÇÃO italiana. *A Província do Espírito Santo*, 19 de julho de 1888.

IMIGRANTES contratados. *A Província do Espírito Santo*, 25 de janeiro de 1888. Fatos e Boatos – Notícias Locais.

IMIGRANTES contratados. *A Província do Espírito Santo*, 26 de janeiro de 1888. Fatos e Boatos – Notícias Locais

IMIGRANTES no Itapemirim. *A Província do Espírito Santo*, 15 de fevereiro de 1889.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 13-31.

LÁ e cá. *A Província do Espírito Santo*, 15 de agosto de 1882. Notícias Diversas.

MANIFESTO da Sociedade Central de Imigração no ato de sua fundação em 17 de fevereiro de 1881. In: *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 20 dez. 1883.

MEDIÇÃO de terras para nacionais e imigrantes. *A Província do Espírito Santo*, 11 de novembro de 1884. Notícias Diversas.

MELHORAMENTOS coloniais. *A Província do Espírito Santo*, 13 de dezembro de 1883. Editorial.

MELO, José Marques de. *Estudo de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *Jornalismo opinativo: gêneros no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MIRANDA, Orlando. *Tio Patinhas e os mitos da comunicação*. São Paulo, Summus, 1976).

O NOSSO estado atual - Progresso Material II. *A Província do Espírito Santo*, 16 de junho de 1882. Editorial.

OCORRÊNCIAS em Alfredo Chaves. *A Província do Espírito Santo*, 12 de março de 1884. Eco das Localidades

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Espírito Santo*. 2. ed. rev. e atual. Vitória: Americana, 1975.

OS DEPUTADOS Liberais – Assembléia Provincial Sessão em 8 de agosto de 1888 Imigração (conclusão do n. 1738). *A Província do Espírito Santo*, 1 de setembro de 1888.

PEREIRA, Heráclito Amâncio. A imprensa no Espírito Santo. *Revista de cultura Ufes*. Vitória, ano 1, n. 2, 1979. Edição Especial.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História da econômica do Brasil*. 22. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUESTÕES de imigração. *A Província do Espírito Santo*, 15 de setembro de 1886. Editorial.

RECEPÇÃO de imigrantes (Jornal do Comércio). *A Província do Espírito Santo*, 26 de fevereiro de 1884. Editorial.

ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. In: _____. Dimensões. *Revista de História da Ufes*, Vitória, n. 17, 2005. p. 213-221.

ROMANCINI, Richard. *História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* 2005. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2007. p. 1-20.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Sociabilidade, comunicação e política contemporâneas: sugestões para uma alternativa teórica. *Revista Textos de Cultura e Comunicação*, Salvador, v. 1, n. 27. 1992. p. 3-23.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das idéias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SALETTTO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes de trabalho no Espírito Santo (1888-1930)*. Edufes: Vitória, 1996a.

_____. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1889-1930)*. Vitória: Edufes, 1996b.

SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. *A terra prometida: emigração italiana: mito e realidade*. 2. ed. Itajaí, SC: Ed. da Univali, 1999.

SERVIÇO de imigração. *A Província do Espírito Santo*, 19 de novembro de 1885.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p. 273-313.

SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. Vitória: Florecultura, 1999.

SOCIEDADE central de imigração. *A Província do Espírito Santo*, 20 de dezembro de 1883.

SOCIEDADE ESPÍRITO SANTENSE DE IMIGRAÇÃO. Discurso de João Teixeira Maia proferido no ato da posse da nova diretoria da Sociedade Espírito-Santense de Imigração. In: *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 19 jul. 1888.

_____. Relatório apresentado na sessão de posse a 28 de agosto de 1887. In: *A Província do Espírito Santo*, Vitória, 30 ago. 1887.

SOCIEDADE Espírito-Santense de Imigração. *A Província do Espírito Santo*, 30 de agosto de 1887.

TRABALHO livre II. Editorial. *A Província do Espírito Santo*, 3 de setembro de 1882. Editorial.

VIOLÊNCIA da polícia – Proteção aos estrangeiros. *A Província do Espírito Santo*, 24 de agosto de 1886.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 5. ed. Lisboa/Portugal: Editorial Presença. 1999.

7 OBRAS CONSULTADAS

ABREU, Alzira Alvez de et al. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Mídia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1958.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822-1842*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Unicamp, 1979.

COUTY, Louis. *O Brasil em 1884: esboços sociológicos*. Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos. Senado Federal. Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, Brasília, Rio de Janeiro.

CRUZ, Heloisa de Farias. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana - 1890-1915*. São Paulo: Educ, 2000.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELO, José Marques de (Org.). *A imprensa como fonte histórica*. São Paulo: Depto. de Jornalismo ECA/USP, 1970.

_____. *A imprensa como objeto de estudo das ciências sociais*. São Paulo: Depto. de Jornalismo ECA/USP, 1970.

MELO, José Marques de (Org.). *A imprensa como objeto de estudo das ciências sociais*. São Paulo: Depto.de Jornalismo ECA/USP, 1970.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Clóvis. *Imprensa negra*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1984.

